

Sumário

Número de notícias: 39 | Número de veículos: 29

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad apresenta proposta de novas regras para controle de gastos públicos a empresários e investidores

..... 4

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Arcabouço fiscal: intenções corretas mas desenho insuficiente (Deborah Bizarria)..... 6

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad minimiza crise das MPs e diz dialogar em busca de um bom termo..... 8

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo estuda uma espécie de Plano Safra para a indústria..... 9

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
SEGURIDADE SOCIAL

Haddad descarta aumento de impostos para implementação da nova regra fiscal..... 11

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lacunas e dependência de maior arrecadação alimentam dúvidas de economistas sobre eficiência de arcabouço

..... 12

O GLOBO - ON LINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo avalia incluir tributação de fundos exclusivos e apostas on-line em medidas para ampliar arrecadação

..... 14

VALOR ONLINE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Aumento da arrecadação subentendido no arcabouço terá de ser via imposto de renda e PIB, diz MB Associados

..... 15

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Após apresentação do arcabouço fiscal, Haddad recebe empresários em São Paulo..... 17

VALOR ONLINE - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo anuncia política fiscal bastante gradual..... 18

VALOR ONLINE - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Novo plano fiscal pode ser gatilho para as ações..... 20

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Arcabouço fiscal: economistas destacam pontos positivos e negativos da proposta..... 22

O GLOBO - ON LINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

Arcabouço fiscal depende do aumento na arrecadação para cumprir metas e equilibrar contas públicas 25

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

CNM cobra reforma tributária e previdenciária 27

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Campos Neto diz ver "boa vontade muito grande" da Fazenda 28

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Regra para preço de transferência valerá em janeiro de 2024 30

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

O IVA europeu e a reforma tributária brasileira - OPINIÃO JURÍDICA 31

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Renda fixa domina em trimestre de alta incerteza 33

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Mercado tem reação positiva à proposta de arcabouço fiscal 36

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Regra fiscal vinculada à reforma é difícil de sair do papel, diz economista 39

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Analistas temem aumento de carga tributária e Haddad mira em até R\$ 150 bi de arrecadação 41

O GLOBO - ON LINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

'Temos maioria no Legislativo para aprovar o arcabouço fiscal', afirma Randolfe Rodrigues 42

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Equipe econômica espera recuperar grau de investimento em 2026 44

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Criação de novos impostos é fake news , diz secretário do Tesouro sobre novo arcabouço fiscal 46

VALOR ONLINE - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Rodrigo Pacheco prorroga por 60 dias vigência de 15 MPs 47

VALOR ONLINE - LEGISLAÇÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Contribuinte volta a perder no Carf tese sobre PLR de diretor estatutário 49

Quarta-Feira, 5 de Abril de 2023

GAZETA DE ALAGOAS - AL - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

LIRA PROMETE REFORMA TRIBUTÁRIA 'JUSTA E POSSÍVEL' 51

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Para Fazenda, setor financeiro deveria ter tratamento diferenciado na reforma..... 52

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
ECONOMIA

Projeções do mercado são pouco otimistas 53

FOLHA ONLINE - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Supersafra e exportações dão impulso ao PIB do agronegócio 55

FOLHA ONLINE - SP - PAINEL S.A.
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Empresas de capital aberto vão levar estudo ao governo para questionar multa fiscal de 150%
..... 57

FOLHA ONLINE - SP - AEROPORTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Voo a R\$ 200 não funcionará se outros tiverem que pagar mais, diz CEO da Azul..... 58

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira diz que reforma tributária não pode prejudicar municípios..... 60

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Artigo: Por que a indústria precisa da reforma tributária?..... 61

VALOR ONLINE - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma vai mostrar como carga é alta, diz Lisboa..... 63

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo tenta convencer prefeitos por apoio a reforma tributária 67

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tebet afirma que tributária é "salvação da lavoura" 69

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Isenção de Bolsonaro a pastores evangélicos entra na mira de Receita e TCU..... 70

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad pede "um pouquinho de desprendimento" 72

Haddad apresenta proposta de novas regras para controle de gastos públicos a empresários e investidores

Por Jornal Nacional

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, passou o dia em São Paulo, em reuniões com representantes de setores produtivos e financeiro. Ele apresentou pessoalmente a proposta de novas regras para o controle de gastos do governo federal.

As reuniões do ministro da Fazenda foram marcadas antes do anúncio da proposta de novo arcabouço fiscal e eram para tratar de outros temas, mas esse acabou sendo o principal assunto nas conversas com representantes da indústria, de bancos, do sistema financeiro e do setor imobiliário.

O arcabouço foi elaborado para substituir o teto de gastos, que atualmente limita o crescimento de despesas do governo à **inflação** do ano anterior, e precisa ser aprovado pelo Congresso Nacional.

A primeira meta do arcabouço é o controle das despesas do governo federal. A nova proposta prevê que elas podem subir acima da **inflação**, mas esse avanço de gastos terá limites. A cada ano, a despesa terá alta real - ou seja, acima da **inflação** - de, no mínimo, 0,6% até, no máximo, 2,5%. Em outras palavras, haverá um piso e um limite para o avanço de gastos.

E para que esse crescimento aconteça em ritmo controlado, a proposta estabelece uma outra trava. As despesas só vão poder crescer até 70% do que aumentar a receita do governo, com a arrecadação com **impostos** e outras fontes.

Primeira meta do arcabouço é o controle das despesas do governo federal - Foto: JN

Em um ano com, por exemplo, um aumento de arrecadação de 5%, a despesa poderia avançar até 3,5% no ano seguinte. Mas como a trava de crescimento das despesas é de 70%, na prática, os gastos só vão poder subir 2,5%, ou seja, o limite máximo neste caso. Isso vai permitir que o governo economize quando o cenário econômico for favorável, evitando ganância.

Agora, um outro exemplo: em um ano ruim, com um crescimento na arrecadação de 0,8%, pela regra dos 70%, a despesa poderia avançar somente 0,56% no ano seguinte. Mas como o piso para o reajuste dos gastos é de 0,6%, esse será, na prática, o crescimento mínimo das despesas. Isso permite que mesmo em um cenário econômico desfavorável, o governo aumente moderadamente os gastos.

A segunda meta da proposta do novo arcabouço fiscal é para o chamado resultado primário, que é a diferença entre a arrecadação e os gastos do governo, sem considerar o pagamento dos juros da dívida pública. Hoje, a meta de resultado primário é fixa.

O que o governo está propondo agora é criar um intervalo dentro do qual esse saldo entre receitas e despesas possa variar. É um modelo semelhante ao sistema de metas de **inflação** que a gente tem hoje no Brasil. A chamada banda do resultado primário será de 0,25 ponto percentual para mais e para menos. Para 2024, por exemplo, a meta é de um resultado primário zero, ou seja, receitas e despesas iguais.

Com a nova banda, a meta será considerada cumprida se variar entre um resultado negativo de 0,25% do **PIB** até um saldo positivo de 0,25%. Para 2025, a meta é de um superávit, ou seja, um saldo positivo, de 0,5% do **PIB**. E em 2026, de 1%.

"A receptividade foi muito boa em relação ao que foi apresentado ontem. Há alguns detalhes que vão ter que ser equacionados no tempo que vão ser apresentados, porque o chamado arcabouço, a regra fiscal, é só o começo de um trabalho de recuperação das contas públicas para ampliar o nosso horizonte de planejamento e investimento", disse Haddad.

Metas de superávit no **PIB** - Foto: JN

LEIA TAMBÉM:

Arcabouço fiscal: economistas destacam pontos positivos e negativos da proposta Entenda o que é o arcabouço fiscal, ponto a ponto

Dos representantes da indústria, o ministro Fernando

Haddad ouviu alguns pedidos: desde uma **reforma tributária** que alivie a carga para o setor até um plano de incentivo à produção nos moldes do Plano Safra, que é voltado para o agronegócio.

Haddad disse também que o mercado de capitais tem interesse em financiar uma reindustrialização a juros mais baixos, e falou ainda sobre um pacote de medidas que deve ser lançado em abril.

"Vão ser mais ou menos 12 medidas na área de crédito. Isso vai desde aval para PPPs, que são grandes investimentos para infraestrutura, passa por debêntures que não pagam Imposto de Renda, até garantias que são dadas no sistema de crédito para baixar o chamado spread, que é o quanto o juro cobra a mais do que ele paga de captação", afirmou Haddad.

Depois de cinco dias de alta, a Bolsa de Valores fechou em queda de 1,77%. Segundo economistas, além de algumas incertezas sobre o texto final do arcabouço fiscal, houve um movimento de realização de lucros, que é quando os investidores consideram que os preços das ações já subiram bastante e já está na hora de vendê-las. O dólar fechou em baixa, cotado a R\$ 5,06.

Site: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/03/31/haddad-apresenta-proposta-de-novas-regras-para-controle-de-gastos-publicos-a-empresarios-e-investidores.ghtml>

Arcabouço fiscal: intenções corretas mas desenho insuficiente (Deborah Bizarria)

Deborah Bizarria

A implementação de um novo arcabouço fiscal visa trazer previsibilidade para os agentes econômicos sobre a gestão das contas públicas por parte do atual governo.

Caso bem-sucedida, a medida pode trazer um aumento da confiança dos investidores, consumidores e empresários na capacidade do governo de honrar seus compromissos e manter a estabilidade econômica. A efetividade desse novo arcabouço fiscal ainda é incerta, pois os detalhes ainda não foram completamente divulgados e o que já foi apresentado levanta pontos de atenção.

Um aspecto crítico do projeto é como as receitas serão consideradas. Caso receitas extraordinárias -como a venda de ativos ou a antecipação de royalties- sejam incluídas no cálculo, isso poderia gerar mais desequilíbrio nas contas públicas, como ocorreu no estado do Rio de Janeiro em 2017.

Naquela ocasião, o estado utilizou receitas temporárias para financiar gastos recorrentes, comprometendo sua capacidade de investimento e o cumprimento das metas fiscais. Como resultado, o Rio de Janeiro entrou em regime de recuperação fiscal com o apoio da União.

A inclusão de receitas extraordinárias no cálculo poderia colocar em risco a eficácia e a credibilidade do novo arcabouço fiscal. Portanto é crucial que o governo leve em conta a natureza das receitas ao implementar as novas regras.

Um outro ponto que tem sido levantado é quanto à capacidade do governo de cumprir as promessas ambiciosas de superávit já no terceiro ano de mandato.

Como lastro, Haddad lembrou os resultados fiscais positivos dos governos Lula. Entretanto, o cenário naquela época era mais favorável: o nível da dívida pública e dos **impostos** era mais baixo e o alto preço das commodities exportadas pelo Brasil elevou as receitas. Atingir o mesmo feito nas circunstâncias atuais e em pouco tempo será desafiador.

Além disso, o próprio ministro admitiu que para zerar o

déficit como prometido seriam necessários recursos adicionais na ordem de R\$ 100 bilhões a R\$ 150 bilhões, o equivalente a 1% a 1,5% do **PIB** atual.

Ele sinalizou que esse montante seria obtido sem a criação de novos **impostos**, mas fazendo pagar imposto quem não paga ou paga muito pouco.

A redução de desonerações setoriais é um bom sinal, mas passa necessariamente pela **reforma tributária** do consumo e da renda, ou seja, depende de aprovação do Congresso. Se essas reformas forem mais frouxas do que espera o governo, zerar o déficit já em 2024 será inviável.

A falta de clareza sobre possíveis punições caso alguma regra desse arcabouço seja descumprida também merece atenção do governo.

Um dos problemas do teto de gastos era que, mesmo o governo aprovando propostas no Congresso que claramente visam romper o teto, não houve nenhuma responsabilização. E isso levou a novos descumprimentos e descredibilização da regra fiscal, aumentando juros e dificultando o trabalho do Banco Central em controlar a **inflação**.

Na proposta do novo arcabouço, ainda não houve detalhamento de quais serão os mecanismos de imposição para garantir a estabilidade institucional e, conseqüentemente, os benefícios da estabilização da dívida pública para o Brasil.

A proposta apresentada por Fernando Haddad tem o coração no lugar certo. A limitação do aumento de despesas e a estabilização da dívida pública são objetivos importantes, porém a falta de detalhes na proposta deve acender o botão de alerta na sociedade.

As dúvidas quanto à capacidade do governo de cumprir as promessas de superávit e a falta de clareza sobre possíveis punições em caso de descumprimento de normas precisam ser sanadas para que a proposta seja crível.

Assim, com a expectativa de saneamento das contas públicas, os juros finalmente começarão a cair -como o governo tanto quer e o Brasil tanto precisa.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/deborah-bizarria/2023/03/arcabouco-fiscal-intencoes-corretas-mas-desenho-insuficiente.shtml>

Haddad minimiza crise das MPs e diz dialogar em busca de um bom termo

Rosana Hessel

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, minimizou a crise institucional entre os presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e o Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), sobre a tramitação das medidas provisórias. Para ele, esse problema não deverá atrapalhar a aprovação do novo arcabouço fiscal anunciado ontem e que precisará ser aprovado pelo Congresso Nacional. Haddad, inclusive, contou que tem buscado encontrar "um bom termo" entre as duas Casas do Legislativo.

"O problema que está acontecendo ali diz respeito às medidas provisórias. Aqui, nós estamos falando de lei complementar, reforma tributária, emenda constitucional, que tudo isso está fora do jogo. Outra coisa é que nós podemos mandar leis com pedido de urgência constitucional, o que também não há polêmica entre Câmara e Senado", explicou o ministro, nesta sexta-feira (31/3), em São Paulo, após encontro com empresários para explicar o novo arcabouço fiscal.

O projeto de lei complementar que trata da nova âncora fiscal ainda está sendo redigido pela equipe econômica e deverá ser concluído até a Páscoa, de acordo com técnicos da Fazenda.

"Hoje, a polêmica diz respeito às medidas provisórias de 1º de janeiro para cá. As medidas provisórias do governo anterior estão equacionadas do ponto de vista de rito. E o que é lei complementar, projeto de lei e emenda condicional também está resolvido", acrescentou.

Haddad, contudo, disse que tenta dialogar com os dois presidentes para tentar harmonizar o Poder Legislativo. Nós estamos aí tentando ajudar, porque não somos um Poder que não participa do Congresso. Como Poder Executivo, nós podemos ajudar a encontrar um bom termo, e, assim poder se harmonizar com o Poder Legislativo, afirmou o chefe da equipe econômica.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio,

uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/03/5084322-haddad-minimiza-crise-das-mps-e-diz-dialogar-em-busca-de-um-bom-termo.html>

Governo estuda uma espécie de Plano Safra para a indústria

Rosana Hessel

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, adiantou que, entre os planos do governo para a reindustrialização da indústria, está sendo considerada uma demanda dos empresários para estimular o setor, como ocorre com o agronegócio, a criação de uma espécie de Plano Safra. O programa, segundo ele, está "começando a ser discutido" pelo governo.

"Nós recebemos vários setores da indústria aqui e é importante que aí a indústria se enxergue na nova regra fiscal, porque há demandas da indústria de reindustrializar o país e para isso, há várias demandas que cabem dentro dessa nova regra, como, por exemplo, uma espécie de Plano Safra para a indústria", afirmou Haddad, nesta sexta-feira (31/3), a jornalista, em São Paulo, onde realiza uma série de reuniões com empresários, banqueiros e agentes financeiros.

"O Plano Safra é muito conhecido porque é uma coisa muito transparente, com a qual os economistas em geral concordam que é de fomento ao incremento da produção agrícola no país, que durante mais de duas décadas trouxe ganhos de produtividade muito expressivos para o Brasil. O Brasil é uma potência agrícola, lembrou Haddad.

Ele então revelou a proposta de se fazer algo semelhante em relação à indústria. Estão começando a se desenhar alguns programas voltados para isso, com a transparência que tem o Plano Safra, que é rubrica orçamentária, tudo transparente, com atendimento universal, tanto para o pequeno produtor quanto para o grande produtor", explicou. Isso está começando a ser discutido, obviamente, a partir da provocação de um grupo de empresários que nós recebemos", acrescentou.

Recebemos também a Fiesp, recebemos uma associação das instituições ligadas ao mercado de capitais que está muito interessada em fomentar essa reindustrialização por meio do mercado de capitais. Qual a vantagem dele? O juro acessível, um juro mais baixo para que quem queira produzir e gerar empregos possa fazê-lo sem pagar as taxas exorbitantes que nós vemos no mercado em função do juro fixado pelo Banco Central, explicou o ministro.

Arcabouço fiscal

Em conversa com jornalistas, Haddad comentou que empresários e agentes financeiros receberam bem o novo marco fiscal, em série de reuniões ocorridas em São Paulo. Segundo ele, a proposta é um ponto de partida. Há alguns detalhes que vão ter que ser equacionados no tempo e que vão ser apresentados, porque é o chamado arcabouço, a regra fiscal, é só o começo de um trabalho de recuperação das contas públicas para ampliar o nosso horizonte de planejamento e investimento", afirmou o ministro aos jornalistas.

O chefe da equipe econômica ressaltou que o modelo da nova regra fiscal terá uma distância razoável entre incremento de receita e incremento de despesa para sinalizar que o governo busca ser responsável fiscalmente. Essa distância vai ser de 30% ou 50%, então, não é pouca distância. Então, sim, se a receita crescer, a despesa pode crescer, mas ou 70% ou 50% se as metas de superávit não estiverem sendo cumpridas. Então, é uma margem de segurança bastante razoável, avaliou Haddad.

Em relação ao cumprimento das metas fiscais, o governo precisará ter aumento de receita. O ministro reiterou que não pretende criar novos **tributos**, mas rever desonerações e distribuir a carga tributária com quem sonoga ou está fora do sistema tributário, a fim de ampliar a base tributária.

Eu reitero: nós não estamos falando de novos **impostos**, não estamos falando de aumento de alíquotas dos atuais **impostos**. Nós estamos falando daquilo que em Brasília se chama de jabuti. Aquelas leis que foram aprovadas muitas vezes na calada da noite, que abriram espaço para abusos, que muitas vezes foram ampliados por decisões administrativas ou judiciais e que distorcem a competitividade da economia brasileira, afirmou. Isso não tem nada a ver com carga tributária. Isso tem a ver com reparação e recomposição da base fiscal, explicou.

O ministro defendeu esse tipo de medida complementar para colocar em pé o novo arcabouço fiscal para que o governo possa fazer frente às despesas relativas ao financiamento de programas sociais, da saúde e da educação, sem o abuso dos juros que se praticam hoje no Brasil. Quando você

descasa a receita da despesa, o que acontece? Se abre um buraco nas contas, sugere mais **inflação**, e, muitas vezes, a autoridade monetária, que é o Banco Central, acaba abusando das taxas de juro para conter a subida de preços. E o consumidor, o trabalhador, o cidadão acaba sendo penalizado duas vezes pela **inflação** num primeiro momento e depois pelos juros altos num segundo momento. É dessa armadilha que nós temos que escapar", explicou Haddad, ao defender o equilíbrio das contas públicas e o ataque ao patrimonialismo.

"Por isso o equilíbrio é tão importante. E o equilíbrio das contas só vai se dar de forma justa se você afastar o que a gente chama de patrimonialismo da economia brasileira, que é aquela economia do favor, do jeitinho. Sempre tem alguém lá dando um jeitinho para o seu próprio negócio e a economia brasileira de jeitinho vai se deteriorando, como aconteceu nos últimos anos", acrescentou.

Reforma tributária

O ministro contou que também conversou sobre **reforma tributária** nos encontros com empresários. "Esse é um outro tema que interessa muito à indústria. A indústria tem praticamente uma obsessão com o tema da **reforma tributária**, porque ela, apesar de responder por 11% a 12% do Produto Interno Bruto (**PIB**), paga quase 30% dos **impostos**.

Então, o imposto sobre consumo no Brasil é muito alto em se tratando de bens manufaturados. E a **reforma tributária** vai ao encontro do desejo dos industriais de ampliar a competitividade dos produtos brasileiros", explicou.

De acordo com Haddad, o setor produtivo também demandou medidas fortes para combater o contrabando e a sonegação, mais transparência e alíquotas adequadas para que a indústria seja mais competitiva. "Portanto, há uma demanda para que o imposto sobre o consumo, ao longo do tempo, diminua no Brasil. Ele é muito alto em relação aos países da OCDE e do G-20. Isso tudo está na agenda do governo", afirmou ele citando o clube dos ricos, a Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico e o grupo das 19 maiores economias desenvolvidas e em desenvolvimento do planeta mais a União Europeia.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/03/5084315-governo-estuda-uma-especie-de-plano-safra-para-a-industria.html>

Haddad descarta aumento de impostos para implementação da nova regra fiscal

Brasília

/
Ana Isabel Mansur, do R7, em Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a proposta da nova regra fiscal - apresentada pelo governo federal nessa quinta-feira (30) - não está ligada ao aumento de **impostos**. "Reitero, não estamos falando de novos **impostos** nem aumento de alíquotas dos atuais **impostos**", disse Haddad nesta sexta-feira (31), durante encontro com representantes das áreas financeira e industrial em São Paulo.

Em referência a isenções fiscais de grupos específicos, Haddad falou em 'reparação'. "Não tem a ver com carga tributária, mas, sim, reparação e recomposição da base fiscal, para que possamos enfrentar despesas relativas a financiamentos, programas sociais, saúde e educação sem o abuso dos juros que se pratica hoje no Brasil", afirmou.

Para o ministro, as práticas de isenção a determinados setores são um tipo de facilitação indevida. "O equilíbrio das contas só vai se dar de forma justa se afastarmos o patrimonialismo da economia brasileira, que é a economia do favor, do 'jeitinho'. E, de 'jeitinho' em 'jeitinho', a economia brasileira vai se deteriorando, como aconteceu nos últimos anos", opinou Haddad.

O arcabouço fiscal que deve substituir o teto de gastos foi apresentado por Haddad e pela ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet. Em linhas gerais, a proposta, que ainda precisa ser aprovada pelo Congresso para entrar em vigor, impõe limites para a criação de novas despesas por parte do governo federal e impede que o Executivo gaste mais do que pode.

O projeto determina que a meta de resultado primário, obtido a partir da diferença entre o que foi arrecadado e o que foi gasto pelo governo, passará a ser avaliada de acordo com uma margem de tolerância. "É uma distância razoável entre incremento de despesa e incremento de receita [...]. Se a receita crescer, a despesa pode crescer também. É uma margem de segurança bastante razoável", afirmou Haddad nesta sexta-feira.

De acordo com a nova regra fiscal, o Executivo vai propor que a meta alcance determinado percentual do Produto Interno Bruto (**PIB**), que é a soma dos bens e serviços produzidos no país. Para que o governo cumpra a meta, o resultado pode ser 0,25% inferior ou 0,25% superior ao valor definido inicialmente.

As metas de resultado primário do Executivo para os próximos anos são: 0% do **PIB** em 2024; superávit de 0,5% do **PIB** em 2025; e superávit de 1% do **PIB** em 2026.

Também nesta sexta-feira, Haddad afirmou que a Fazenda estuda a diminuição dos juros cobrados pelos bancos no rotativo do cartão de crédito. A taxa atualmente está em 409,3% ao ano, de acordo com o Banco Central.

"Estamos com um grupo de estudos para [mudar o crédito] rotativo, outro abuso cometido. É ruim para a própria margem dos bancos, não tem explicação. Independentemente de [a taxa] Selic estar alta, o rotativo é estratosférico. Estamos tomando providências para trazer a bom termo. Isso precisa ser corrigido", declarou.

As mudanças nos rotativo podem ocorrer na esteira da diminuição do juro do crédito consignado de aposentados e pensionistas do **INSS**, que passou de 2,14% para 1,97%.

Ainda segundo Haddad, o governo federal lançará em abril uma série de projetos para melhorar o ambiente de crédito no país. "Vão ser 12 medidas, desde aval para PPPs [parcerias público-privadas], passando por debêntures que não pagam imposto de renda e até garantias dadas no sistema de crédito para abaixar o spread."

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/haddad-descarta-aumento-de-impostos-para-implementacao-da-nova-regra-fiscal-31032023>

Lacunas e dependência de maior arrecadação alimentam dúvidas de economistas sobre eficiência de arcabouço

A divulgação, ainda sem aprofundamento de detalhes técnicos, de uma proposta de arcabouço fiscal que libera aumentos reais nos gastos do governo e busca significativa melhora na situação das contas públicas por meio de uma ampliação da arrecadação gerou dúvidas entre economistas sobre a efetividade da norma que será enviada ao Congresso.

Especialistas em orçamento público ouvidos pela Reuters levantaram questionamentos sobre possíveis fragilidades da regra, pontos ainda em aberto e eventual dificuldade que o governo terá para cumprir os próprios objetivos.

O economista da ASA Investments e ex-secretário do Tesouro Jeferson Bittencourt disse que a proposta tem pontos positivos, como a manutenção de quase todas as despesas públicas dentro da regra e o uso de receitas já realizadas para autorizar gastos, evitando que as contas sejam superestimadas para liberar artificialmente mais despesas.

Por outro lado, na avaliação do ex-secretário, há pontos de preocupação na proposta do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Segundo ele, a busca por uma melhora nas contas públicas deixa de ser focada na limitação de gastos, como na regra do teto, e passa para o lado das receitas.

A literatura é vasta em dizer que ajustes fiscais pelo lado da receita tendem a ter um impacto negativo muito maior sobre o crescimento econômico do que os ajustes que vêm via corte de despesa , afirmou.

Segundo ele, o mecanismo proposto ainda gera uma perda de potência do ajuste. Isso porque a medida define que do crescimento total da arrecadação líquida, 70% poderão ser canalizados para novos gastos -- apenas 30% virariam economia para abatimento da dívida pública.

Mesmo com a certeza de elevação das despesas acima da **inflação** com a nova regra, há risco de compressão de gastos já que certas áreas têm taxas rígidas de crescimento, como benefícios previdenciários e salários, ou são vinculadas à alta das receitas, como em saúde e educação e nas emendas

parlamentares.

A regra pode gerar constrangimento já no primeiro ano de vigência. Se for aplicado o crescimento real da receita líquida em 12 meses até junho deste ano, a tendência é que em 2024 a despesa já vá crescer pelo piso da banda, de 0,6%. Esse crescimento pode ser todo consumido pela correção de gastos que já estão preestabelecidos , disse.

INCONSISTÊNCIA

Um dos responsáveis pela formulação do teto de gastos, o economista Marcos Mendes disse que a melhora fiscal proposta não será capaz de estabilizar a dívida pública e coloca a queda de juros no país, algo sem manejo direto do governo, como determinante para uma melhora do endividamento.

Segundo a projeção do economista, mesmo os resultados sugeridos por Haddad -- saindo de rombo de 0,5% do **PIB** em 2023 e chegando a um superávit de 1% em 2026 -- dificilmente serão cumpridos.

Esses superávits são inconsistentes com a regra. Se você pega a trajetória de receita esperada e deduz qual será a despesa pela nova regra, o resultado primário fica muito abaixo do proposto , afirmou.

O economista estima que a gestão de Haddad descumprirá a meta já em 2024, obrigando que o governo diminua o ritmo de crescimento dos gastos em 2025 de 70% para 50% da alta das receitas -- o que para ele também é um ajuste de baixa intensidade.

Em sua avaliação, o piso das bandas para as metas fiscais apenas seria alcançado se Haddad conseguisse arrecadar de imediato 150 bilhões de reais com o novo pacote de ajuste fiscal a ser anunciado, além de obter uma trajetória de sucessivos ganhos anuais de 5% acima da **inflação** na arrecadação, o que é bastante desafiador .

A leitura que se faz é de que montaram um modelo para tributar mais e gastar mais. O problema é que a carga tributária já é muito alta e distorciva, isso tende a

minar o crescimento , disse, demonstrando preocupação de que a necessidade de aumento de receita respingue nas negociações da reforma tributária.

A diretora da IFI (Instituição Fiscal Independente), Vilma Pinto, afirmou que o mecanismo que garante crescimento da despesa abaixo da receita parece bom, mas há dúvidas que ainda precisam ser respondidas até a apresentação formal do texto ao Congresso, prevista para a próxima semana.

Entre as preocupações está a permissão de uso de receitas não recorrentes para aumentar despesas continuadas, já que ao calcular a arrecadação do ano a proposta não define uma separação dos ganhos extraordinários.

Para ela, além do efeito puro e simples da regra de despesa prevista na proposta, também é preciso ficar claro qual será o pacote de medidas adicionais de ajuste para que o governo consiga alcançar o objetivo proposto.

Também vale dizer que, embora pese a importância de retomar investimentos, olhando só o novo piso para essa área, em tese, isso aumentaria a rigidez do gasto , afirmou.

Mesmo com a certeza de aumento real de despesas e incentivo a investimentos, a proposta não foi 100% bem recebida por aliados de Lula. Para o professor de economia da Unicamp Pedro Rossi, que colaborou com a campanha do petista, a medida tem evidente avanço em relação ao teto de gastos, mas apresenta uma série de deficiências.

O economista afirmou em suas redes sociais que a regra permite crescimento baixo dos gastos em relação a governos passados, estimando ainda que o teto de alta anual de 2,5% das despesas não será alcançado na atual gestão de Lula.

Para ele, a banda de tolerância para cumprimento da meta fiscal é um avanço, mas poderia ser mais larga para acomodar choques. Além disso, Rossi afirma que a norma deve gerar compressão de gastos dentro dos limites estabelecidos, dando pouca margem para ampliação de investimentos, o que obrigará o governo a cortar despesas mesmo em momentos de fartura.

A prioridade dada ao resultado fiscal e à estabilidade da dívida pode custar caro. O risco é de a regra representar mais um freio na economia (além do monetário) e aumentar a chance de a extrema direita voltar em quatro anos , afirmou na publicação.

acao/lacunas-e-dependencia-de-maior-arrecadacao-alimentam-duvidas-de-economistas-sobre-eficiencia-de-arcabouco,ab2b79722c72b5d7dd5205634921b6ebwuywk g9k.html

Site: <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em->

Governo avalia incluir tributação de fundos exclusivos e apostas on-line em medidas para ampliar arrecadação

Por Manoel Ventura - Brasília

O governo avalia uma série de medidas para aumentar a arrecadação federal e cumprir as metas previstas no arcabouço fiscal apresentado na quinta-feira pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. A pasta prevê medidas com impacto de até 150 bilhões em 12 meses.

Entre as ações que estão em estudo está mudar a tributação dos chamados fundos exclusivos, fechados para alta renda. Com a proposta, o imposto passaria a ser cobrado a cada seis meses e não somente no momento do resgate, como é hoje. É o chamado "come-cotas" já aplicado em outros fundos. Cálculos iniciais apontam a possibilidade de uma arrecadação anual de R\$ 10 bilhões.

Essa medida já foi tentada em outras ocasiões e sempre teve resistências no Congresso. Em 2017, por exemplo, uma medida provisória chegou a ser editada para tratar do assunto, mas o texto não foi votado no Senado e perdeu validade.

Outra ação que está sendo planejada é mais complexa, mas tem possibilidade de arrecadar dezenas de bilhões, de acordo com integrantes da equipe econômica. A medida se trata da inclusão de benefícios fiscais relacionados ao ICMS - como imunidade e redução da alíquota - da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O tema está em discussão no Judiciário, mas há a possibilidade de um assunto ser endereçado por medida provisória (MP).

Em outra frente, já antecipada por Haddad, o governo deve passar a tributar apostas online, com expectativa de arrecadação anual de até R\$ 6 bilhões. Essas empresas passarão a ser taxadas e, além disso, haverá a cobrança de uma outorga inicial para que as empresas possam operar no Brasil.

Como mostrou O GLOBO, o novo arcabouço fiscal do país vai depender de um expressivo aumento da arrecadação para que o governo atinja suas metas. Definida por Haddad como um plano de voo, a

proposta prevê redução do déficit este ano, contas no zero a zero no próximo e superávits a partir de 2025.

O modelo pressupõe que as despesas sempre crescerão acima da **inflação**, embora existam limites mínimos e máximos. Dessa forma, a receita do governo precisará necessariamente subir. Para isso, o governo conta com outras frentes: a **reforma tributária** e a apresentação na próxima semana de um pacote para arrecadar de R\$ 100 bilhões a R\$ 150 bilhões, até o fim do ano, de setores pouco taxados ou que não são regulados, além do crescimento da economia.

O aumento de arrecadação neste ano tem potencial de reduzir o déficit, previsto hoje em R\$ 107 bilhões. A meta do governo é chegar a um déficit de 0,5% do **PIB** neste ano (ou algo como R\$ 50 bilhões de rombo).

Ontem, ao anunciar o arcabouço fiscal, Haddad comentou questionamentos de economistas que, ao tomarem conhecimento dos primeiros detalhes, avaliaram que ela exige aumento da carga tributária. O ministro descartou a criação de **tributos**, como a CPMF, ou aumento de alíquotas existentes para o contribuinte. Em 2022, a carga total atingiu o equivalente a 33,71% do **PIB**.

Segundo Haddad, há grandes sistemas que estão à margem do Fisco, citando a taxação das big techs, em discussão em vários países, e a tributação de apostas eletrônicas. Ele também mencionou que há setores demasiadamente favorecidos por incentivos que não foram revistos ou não tiveram controle de resultados.

- Vamos fechar os ralos do patrimonialismo brasileiro e acabar com uma série de abusos que foram cometidos contra o Estado brasileiro - disse. - Se quem não paga imposto passar a pagar, todos nós vamos pagar menos juros. É isso que vai acontecer.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/03/governo-avalia-incluir-tributacao-de-fundos-exclusivos-e-apostas-online-em-medidas-para-ampliar-arrecadacao.ghtml>

Aumento da arrecadação subentendido no arcabouço terá de ser via imposto de renda e PIB, diz MB Associados

Por Rafael Vazquez, Valor - São Paulo

Por Rafael Vazquez, Valor - São Paulo

31/03/2023 16h27 Atualizado há uma hora

A despeito de críticas e elogios ao novo arcabouço fiscal divulgado ontem, elaborado para substituir o teto de gastos caso seja aprovado no Congresso, há um consenso entre os economistas de que o governo federal conta com o aumento das receitas e o crescimento do **PIB** além das expectativas atuais para retomar o superávit primário a partir do ano que vem. Falta saber, porém, por onde a arrecadação vai aumentar, já que o Ministério da Fazenda admite que precisará de algo entre R\$ 100 bilhões e R\$ 150 bilhões a mais para a conta fechar.

Para o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, a hipótese mais provável é que o governo pretende obter parte desses recursos a partir da reforma do imposto de renda, prevista para ser colocada em pauta em um segundo momento da **reforma tributária**, que já está sendo elaborada, mas que este ano vai focar em reorganizar os **tributos** de bens e serviços. Outra estratégia, que parece otimista no momento atual, é que um crescimento mais forte do **PIB** ajude a atingir os resultados do plano.

"Acho difícil que o caminho imaginado [pelo governo] seja buscar essa arrecadação por meio de endurecimento da fiscalização de quem não está pagando imposto direito. Isso é sempre importante de se fazer, mas não faz muito sentido nos montantes que vão ser necessários para os próximos anos", analisa Vale. "Acredito que o caminho, na verdade, vai ter que ser continuar fazendo ajuste esse ano e esperar que o crescimento mais forte do **PIB** volte a acontecer a partir de 2024. Com essa arrecadação, talvez consiga se ter uma melhora mais significativa dos superávits", acrescenta.

Além disso, na **reforma tributária**, que o governo tem colocado como ponto central para destravar o crescimento do **PIB**, mudanças nas alíquotas do imposto de renda podem estar no radar para viabilizar a execução do arcabouço fiscal na prática. "Acredito

que o governo vai pensar numa segunda tranche da **reforma tributária**, que é a reforma do imposto de renda. Essa sim pode ter um papel para ajudar na arrecadação nos próximos anos", diz Vale.

O palpite do economista-chefe da MB Associados é que os mais ricos terão que pagar mais imposto, mas ainda não se sabe a partir de qual nível de riqueza. "Talvez vão aumentar a alíquota de quem ganha mais, eventualmente fazer o imposto sobre lucros e dividendos", diz. "Mas a gente nem tem ideia ainda do que vai ser [a reforma do imposto de renda] porque o governo está completamente calado nesse sentido, o que está correto, pois o foco agora é a reforma de bens e serviços".

Ele aponta que é o único caminho que faz mais sentido, pois o Congresso atualmente se mostra desfavorável em aumentar a carga tributária sobre consumo ou empresas. "Qualquer outro tipo de aumento de carga tributária ou criação de imposto como, por exemplo, imposto de exportação, que sempre está no radar nessas discussões sobre aumento de arrecadação, dificilmente andariam no Congresso, que barraria qualquer estratégia nesse sentido", diz Vale. "O único meio viável que o Congresso aceitaria, que teria um espaço para negociação, seria pela reforma do imposto de renda", reforça.

Para Vale, também é improvável que o Ministério da Fazenda busque esse aumento de arrecadação reduzindo ou retirando desonerações tributárias concedidas para alguns setores. Porém, isso não significa que alguma desoneração ainda vigente não poderá ser revista.

"Desfazer alguma desoneração feita no passado pode ser parte do caminho, mas vamos ter que esperar e acompanhar. daquelas desonerações que a ex-presidente Dilma Rousseff fez no passado, sobrou pouca coisa para ser desfeita e em termos de recursos não me parece ser grande coisa. As grandes desonerações que poderiam mexer, que são sobre a Zona Franca de Manaus e o MEI, não vão ser mexidos", aponta Vale.

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/03/31/aumento-da-arrecadao-subentendido-no-arcahouo-ter-de-ser-via-imposto-de-renda-e-pib-diz-mb-associados.ghtml>

Após apresentação do arcabouço fiscal, Haddad recebe empresários em São Paulo

Rafaela Gonçalves

Um dia após a apresentação do novo arcabouço fiscal, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, cumpre agenda em São Paulo, nesta sexta-feira (31/3), cheia de encontros com representantes de instituições financeiras e de entidades representativas de classes. As sete reuniões foram agendadas com antecedência para tratar de assuntos diversos, incluindo a nova regra fiscal e a **reforma tributária**.

O ministro está recebendo os empresários na sede do Banco do Brasil, na Avenida Paulista, onde fica o gabinete representativo do Ministério na capital paulista. Na parte da manhã Haddad esteve com o presidente do banco Santander Mário Leão, com o presidente da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) Carlos André e o presidente da Enel, Max Xavier.

Na parte da tarde são esperados o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes da Silva, o Grupo Brasil Primeiro e o economista-chefe da Genial Investimentos, José Márcio Camargo. O último compromisso da agenda desta sexta será às 17h, uma reunião com o presidente do Sindicato da Habitação na Internet (Secovi-SP), Rodrigo Luna.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/03/5084237-apos-apresentacao-do-arcabouco-fiscal-haddad-recebe-empresarios-em-sao-paulo.html>

Governo anuncia política fiscal bastante gradual

Por **Claudia Safatle**

O novo arcabouço fiscal, anunciado ontem pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, é bastante gradual e seu impacto na dívida não é de queda, ao contrário, a dívida bruta do governo geral é crescente, mas não de forma explosiva.

Estabelece-se um compromisso de sair de um déficit primário de 0,50% do **PIB** neste ano - podendo variar 0,25 ponto percentual para mais ou para menos - para um superávit de 1 % do **PIB**, sujeito à banda de variação citada acima, em 2026.

Impacto sobre dívida bruta é modesto e ela continua a crescer

"O atual teto de gastos passa a ter banda com crescimento real da despesa primária entre 0,6% a 2,5% ao ano (mecanismo anticíclico), com Fundeb e piso [de salários dos profissionais] de enfermagem excluídos dos limites (regras constitucionais já existentes)", segundo o texto divulgado pelo Ministério da Fazenda.

O crescimento da despesa fica limitado a 70% da variação da receita primária dos últimos 12 meses, terminados em junho de cada ano. Se o resultado primário for superior ao teto da banda, os recursos excedentes poderão ser gastos em investimentos - sendo que estes têm um piso.

Já se os esforços do governo para aumentar as receitas e reduzir as despesas não forem bem-sucedidos e o resultado das contas primárias ficarem abaixo da banda inferior, o governo só poderá contar com o crescimento da despesa equivalente a 50% do crescimento da receita no exercício seguinte.

No caso da trajetória do resultado primário, obedecendo o esquema desenhado pelo governo, saindo de 0,5% do **PIB** de déficit neste ano para um equilíbrio das contas em 2024, superávit de 0,5% do **PIB** em 2025 e de 1% do **PIB** em 2026, a dívida como proporção do **PIB** sai de 75,11% este ano para 76,54% em 2026. Esta é a alternativa número 1. A de número 2 é no caso de a trajetória do resultado primário ser 0,25 ponto percentual para menos. Aí, com o superávit de 2026 em 0,75%, e não 1% como consta do primeiro cenário, a dívida sai dos mesmos

75,11% do **PIB** neste ano para 77,34% em 2026.

O mercado reagiu positivamente ao anúncio do novo arcabouço para o controle das contas públicas. Entendeu-se que a área econômica do governo puxou até onde dava para puxar e estabeleceu uma estratégia transparente que deverá ser rigorosamente cumprida. A despesa cresce, mas de forma moderada, avalia uma fonte da área financeira.

A única despesa que espera-se que caia é com o pagamento dos juros que recaem sobre a dívida. E esta, então, passaria a assumir uma trajetória decrescente. Aí vão dois exercícios: no caso de se obter um fechamento da taxa de juros de um ponto percentual e outro que é na hipótese deste ser de dois pontos percentuais.

Isso equivaleria a ter uma taxa de juros neutra de uns 3% a 3,5%, menor, portanto, que os 4% de juros neutros estimados pelo Banco Central, o que será possível se o governo conseguir, finalmente, aprovar uma **reforma tributária**.

No primeiro cenário, de fechamento dos juros de um ponto percentual, a dívida sairia de 75,07% do **PIB** neste ano para 75,70% do **PIB** no próximo e terminaria 2026 em 75,05% do **PIB**. Já no caso do fechamento dos juros de dois pontos percentuais, a queda da dívida/**PIB** é mais pronunciada: sairia de 75,03% este ano para 73,58% em 2026, último ano de mandato do governo Lula. Isto, levando em conta o superávit primário estabelecido como compromisso pelo governo, sem considerar a banda de variação.

No Congresso, o arcabouço fiscal deve chegar em uma semana na forma de projeto de lei complementar e a expectativa do governo é que ele seja rapidamente aprovado. Em maio, com o arcabouço fiscal aprovado, o governo se debruçará sobre a **reforma tributária**, de forma que seja votada na Câmara ainda em junho.

Com esses dois temas sendo tocados, ficará claro que o governo de Lula tem rumo e, assim, haverá chance de a economia recobrar suas cores. Com a economia rodando, sem a explosão do desemprego, o governo Lula finalmente poderá baixar sua taxa de ansiedade e começar a trabalhar no que realmente interessa.

Mais importante, agora, é não perder o momento e

focar na **reforma tributária**, que poderá ser votada na Câmara no fim do primeiro semestre e, no Senado, em setembro. A esperança é que a reforma desobstrua a economia e libere energia para o país voltar a crescer.

Nesta quinta-feira foi dado um importante passo pelo governo ao definir qual será a sua política fiscal que substituirá a do teto para o gasto público que vigorou até então, com quebras aqui e ali. Pode-se achar que o governo foi pouco ousado no controle do gasto público, mas ninguém esperava que fosse.

Recado importante

Ao mesmo tempo em que Haddad expunha os contornos do arcabouço fiscal, no Banco Central o presidente, Roberto Campos Neto, dava entrevista sobre o Relatório Trimestral de **Inflação**. E, durante esse evento, Campos falou algo bastante importante para os que, no governo, pretendem estrangê-lo a baixar os juros: Ele disse que para enquadrar a **inflação** na meta neste ano os juros deveriam estar em 26,5% ao ano, e não em 13,75%. Ou seja, o Copom está suavizando o cumprimento da meta e, portanto, considerando o mercado de trabalho, o emprego.

Claudia Safatle é jornalista da equipe fundadora do Valor Econômico e escreve às sextas-feiras

E-mail: claudia.safatle@valor.com.br

Site: <https://valor.globo.com/brasil/coluna/governo-anuncia-politica-fiscal-bastante-gradual.ghtml>

Novo plano fiscal pode ser gatilho para as ações

Por Adriana Cotias - De São Paulo

A apresentação do novo plano fiscal pelo ministro da Economia, Fernando Haddad, pode ser um gatilho poderoso para a bolsa brasileira, especialmente se o equacionamento das contas públicas andar em paralelo com a **reforma tributária**. Segundo Alexandre Steinberg, sócio-fundador da gestora de ações Skade Capital, a partir do momento em que o arcabouço traz uma trajetória de dívida descendente, já é suficiente para os investidores fazerem contas e buscarem valor na renda variável. "Se a convergência for rápida ou devagar, está bom, mas que seja descendente. Todo mundo está esperando isso, inclusive o Banco Central."

Com projeções de **inflação** ainda escapando da meta, se o ajuste não vier pelo controle das contas públicas, virá pela redução da atividade, o que permitirá ao BC cortar os juros, ou seja, o relaxamento "vem pelo motivo certo ou errado", afirma Eduardo Cortez, sócio-fundador da Skade.

Os gestores veem verdadeiras barganhas na bolsa, de companhias que tiveram que se adaptar à rápida mudança de cenário, com a Selic saindo de 2% durante a pandemia de covid-19, para os 13,75% atuais.

"Há muitos exemplos na bolsa, cujos diretores financeiros fizeram um trabalho sensacional de redução da dívida, repactuação e rolagens para garantir a liquidez das empresas, e muitas das nossas investidas vão colher os frutos de uma situação de caixa mais confortável, ninguém abre mão disso", prossegue Cortez. "Mesmo que o crescimento não seja super acelerado, uma eventual redução da taxa de juros, senão no segundo semestre de 2023, no primeiro de 2024, vai ter um impacto forte em algumas companhias que já fizeram tudo na gestão de passivos."

Guararapes, dona da Riachuelo, a fabricante de reboques e carretas Randon e a de componentes automotivos lochpe Maxion são alguns dos nomes que compõem a carteira.

No ambiente externo, a transição de economias desenvolvidas rodando com taxas negativas ou próximas de zero, para uma situação normal, com

juros, a elevação para 4% a 5% nos Estados Unidos, em apenas 18 meses, se compara ao movimento de "uma placa tectônica, que vai produzir terremotos", diz Gustavo Aranha, sócio da Geo Capital, casa dedicada a ações globais. "Temos visto alguns desses terremotos, houve um momento na Inglaterra em que os fundos de pensão quase quebraram por uma questão técnica, reflexo da alta de juros nos bonds; no segmento de criptos teve companhia indo à falência e agora alguns eventos relevantes, com o Credit Suisse sumindo como o maior deles."

Olhando adiante, ele diz que o mais importante é avaliar quais os modelos de negócios, num mundo de juros entre 4% e 6%, que mesmo crescendo eventualmente menos, continuam sendo bons. "Estamos no meio desse movimento, muita coisa caiu na bolsa lá fora, tem companhia barata que já subiu um monte, é um momento de muita incerteza", diz Aranha. "O cuidado é olhar para a qualidade das empresas e o valor dessas companhias para frente num cenário mais desafiador do que foi nos últimos 15 anos."

Se o quadro para os próximos seis a oito meses é ainda nebuloso, num horizonte mais longo, há chances de capturar ganhos ao selecionar agora empresas que vão se sair muito bem. "Tem companhia que no preço de hoje é muito boa para investir se deixar numa gaveta por três a cinco anos. Há o desafio de convencer o cliente a ter esse olhar, mas esse é o segredo de se ganhar dinheiro com renda variável. Existem bons negócios e é preciso deixar o tempo trabalhar a favor."

Na carteira, a Geo tem hoje nomes como Alphabet, a dona do Google, Visa, a Berkshire Hathaway, de Warren Buffett, Booking.com e a CBOE, a bolsa de futuros de Chicago. "São várias companhias dominantes em seus setores a preços e valuations muito atrativos."

Para Ruy Alves, gestor de fundos macro global da Kinea, deve levar algum tempo para as ações se valorizarem lá fora, porque as projeções de lucros das companhias tendem a ser revisadas para baixo, com o freio econômico que se desenha. "Nem acho que haja uma crise bancária aguda, que vá quebrar um banco por semana, mas passa a ser crônica porque o Fed [banco central dos EUA] está tirando depósitos do

sistema, o 'quantitative tightening' faz isso e gradualmente e vai apertar o crédito, cercear as emissões [de dívida]."

Leia reportagens sobre investimentos e finanças pessoais no site www.valorinveste.com

Site:

<https://valor.globo.com/financas/noticia/2023/03/31/novo-plano-fiscal-pode-ser-gatilho-para-as-acoas.ghtml>

Arcabouço fiscal: economistas destacam pontos positivos e negativos da proposta

Por André Catto, g1

O governo federal apresentou nesta quinta-feira (30) a proposta para o novo arcabouço fiscal. A nova regra - que vai substituir o teto de gastos - tem o objetivo de equilibrar arrecadação e despesas para que as contas públicas voltem a ficar no azul.

A regra para controle das contas públicas é um dos pontos de destaque na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), na terça-feira (28). No documento, o Banco Central afirmou que uma nova regra fiscal sólida e crível pode facilitar a queda das expectativas inflação no país - e, conseqüentemente dos juros.

ENTENDA O QUE É O ARCABOUÇO FISCAL, PONTO A PONTO

Desde que assumiu a Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem pressionado o Banco Central e o presidente da instituição, Roberto Campos Neto, a reduzir a taxa de juros brasileira, que está em 13,75% ao ano desde agosto de 2022.

Lula afirmou em diversas ocasiões que o alto patamar da taxa Selic é uma das principais amarras para a economia brasileira, impossibilitando investimentos e o crescimento do país.

A reportagem do g1, então, consultou economistas para que avaliassem o potencial da regra fiscal em atingir seus objetivos. Os especialistas veem com bons olhos o novo marco fiscal, mas apontam alguns desafios.

Veja, na ordem dos itens abaixo, quais são os pontos positivos e negativos destacados pelos especialistas em cada um dos temas.

Metas de resultado primário
Limite de crescimento de gastos
Intervalo de crescimento real da despesa primária e piso para investimentos
O que esperar
Impactos na taxa de juros

Metas de resultado primário

A proposta apresentada nesta quinta-feira (30) pelos ministros da Fazenda, Fernando Haddad (PT), e do Planejamento, Simone Tebet (MDB), estabelece que

as contas públicas perseguirão uma meta de resultado primário (saldo entre a arrecadação e as despesas, sem considerar o pagamento de juros da dívida), com busca por superávit (receitas maiores que despesas).

Atualmente, a meta é um valor exato - uma das mudanças do novo arcabouço é justamente a criação de um intervalo de resultados possíveis.

Para 2024, por exemplo, a meta do governo é igualar a receita e a despesa, o que resultaria em um resultado primário de 0% do PIB. Pelo sistema proposto, a meta será considerada cumprida se ficar entre um déficit de 0,25% e um superávit de 0,25%.

Para o economista André Roncaglia, esse intervalo, ou banda de variação, é um dos destaques positivos da proposta, por permitir que o governo acompanhe o resultado primário sem ter que fazer ajustes muito intensos ao longo do ano.

Roncaglia também afirma que o novo arcabouço corrige o que chama de defeitos da regra de superávit e do teto de gastos, oferecendo uma trajetória mais calibrável, justamente pela flexibilidade que ela possibilita.

O arcabouço apresentado permite que qualquer governo, seja de direita ou de esquerda, consiga, dentro da regra, dar uma cara mais específica para sua vertente ou respeitar a vontade das urnas, afirma.

O economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini, também considera a adoção da banda para cumprimento do superávit primário um dos destaques positivos da proposta.

Em momentos de flutuações inesperadas, o governo não precisa realizar grandes contingências e nem acelerar o gasto por ter excesso de receita, explica. A execução do orçamento ganha mais flexibilidade e colabora para a redução da dívida.

Limite de crescimento de gastos

Pela proposta, quando o governo tiver um resultado primário dentro da meta, os gastos serão limitados a 70% do crescimento da receita apurada no ano anterior.

O período considerado será entre julho de um ano e junho do ano seguinte, para permitir a inclusão das metas na proposta do orçamento elaborado pelo governo.

Se, no entanto, o resultado primário ficar abaixo da banda estabelecida para a meta, as despesas no ano seguinte poderão avançar somente 50% sobre o crescimento da receita.

O ex-ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega, que vê com bons olhos o novo arcabouço, questiona a viabilidade dessa regra específica. Ele afirma que a possível diminuição de gastos para 50% poderia intensificar a rigidez orçamentária que já existe do país.

Maílson lembra que o governo federal tem de 93% a 95% de suas despesas caracterizadas como gasto obrigatório, destinado a pagamentos do funcionalismo, Previdência, Educação, Saúde e programas sociais como o Bolsa Família.

O governo tem só 5% do orçamento para conduzir políticas públicas para crescimento e redução da desigualdade, diz. Nesse caso, se cair de 70% para 50%, terá que cortar. O orçamento brasileiro não deixa margem para uma queda tão expressiva da despesa de um ano para o outro, afirma.

Por outro lado, o crescimento da despesa a partir da receita do ano anterior pode estimular o governo a encontrar formas de ampliar sua arrecadação, continua o ex-ministro.

Essa regra acaba criando um incentivo para buscar aumento de receita e, conseqüentemente, poder gastar mais. Se observarmos a experiência brasileira, as metas de superávit foram cumpridas principalmente por aumento da tributação, acrescenta.

Intervalo de crescimento real da despesa primária e piso para investimentos

O novo arcabouço também prevê limites, mínimo e máximo, para o crescimento real (descontada a **inflação**) da despesa primária, que varia entre 0,6% e 2,5%. Caso o país tenha dificuldade de compor suas receitas (cumprir metas e arrecadar **impostos**), o crescimento real dos gastos, mesmo assim, terá de ser de pelo menos 0,6%.

Por outro lado, quando o Brasil conseguir aumentar muito a arrecadação, o crescimento real dos gastos não pode ultrapassar 2,5%. Na prática, esse intervalo funcionará como o novo teto de gastos. O teto anterior previa a correção dos gastos apenas pela **inflação** - ou seja, com crescimento real de 0%. Essa nova regra

flexibiliza o limite anterior.

A proposta de novo arcabouço fiscal também traz um piso para investimentos públicos. Segundo o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, o mínimo será o valor aprovado no orçamento para este ano, que ele informou estar entre R\$ 70 bilhões e R\$ 75 bilhões, corrigido, ao menos, pela **inflação**.

Alex Agostini, da Austin Rating, classifica esse mecanismo como muito positivo por incentivar investimentos mesmo diante de um orçamento federal bastante rígido.

A métrica permite ao governo manter um mínimo de investimentos. Também deve ajudar na composição de um resultado primário superavitário [positivo] em ciclos de expansão da receita, além de impactar na redução da dívida pública. É uma modernização do teto de gastos, enfatiza.

Agostini também diz que, para se sustentar no médio e no longo prazo, o novo arcabouço fiscal proposto precisa ser combinado com uma **reforma tributária** crível.

O governo já antecipou que não terá aumento da carga tributária, mas informou que deverá incluir setores que hoje não são tributados, citando as casas de apostas. Isso reforça minha opinião de que o governo aposta somente no ajuste fiscal pelo lado da receita, e não pelo lado da redução das despesas.

O que esperar

O economista André Roncaglia classifica como factível o novo arcabouço. Para ele, a proposta deve minimizar os temores em relação à economia e mobilizar o setor privado a voltar a investir.

O novo marco tem tudo para funcionar. Agora, a gente tem que analisar em que medida o governo vai ter essa capacidade de recomposição da base de tributação, que parece ser uma variável-chave em termos de como equilibrar as contas. Então, tem uma incerteza aí. Mas é perfeitamente factível, diz.

Agostini, da Austin Rating, segue a mesma linha. Creio que seja factível. O desafio será superar o ano de 2023, no qual prevemos redução do dinamismo da arrecadação com aumento já contratado [ou seja, comprometido] das despesas, especialmente pelo lado do assistencialismo.

Impactos na taxa de juros

O novo arcabouço pode ser mais um fator de confiança para o Banco Central em relação à

responsabilidade do governo com as contas públicas, diz Agostini. Para o economista, a proposta apresentada pode ajudar na queda da taxa de juros, mas não no curto prazo, já que seria necessário observar resultados práticos.

O ex-ministro Maílson da Nóbrega também não vê impactos imediatos. Ele pondera que, embora tenha aspectos positivos, o novo arcabouço apresentado não passa de um programa que ainda não está em vigor .

Ainda precisa passar pelo Congresso. O novo marco fiscal só terá impacto efetivo após sua aprovação. No meio do caminho, ainda há o risco da atuação de lobby tanto do setor privado quanto do público, inclusive de dentro do próprio governo , diz.

Ele se refere, por exemplo, a ministérios que podem relutar a perder orçamento, como os de Infraestrutura, Tecnologia e Cultura. Esse é o grande desafio: neutralizar as pressões corporativistas para aprovação de exceções à regra , conclui.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/03/31/arcabouco-fiscal-economistas-destacam-pontos-positivos-e-negativos-da-proposta.ghtml>

Arcabouço fiscal depende do aumento na arrecadação para cumprir metas e equilibrar contas públicas

Por Manoel Ventura - Brasília

Apresentado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, junto com outros integrantes da equipe econômica, o novo arcabouço fiscal do país vai depender de um expressivo aumento da arrecadação para que o governo atinja suas metas. Definida por Haddad como um plano de voo, a proposta prevê redução do déficit este ano, contas no zero a zero no próximo e superávits a partir de 2025.

O modelo pressupõe que as despesas sempre crescerão acima da **inflação**, embora existam limites mínimos e máximos. Dessa forma, a receita do governo precisará necessariamente subir. Para isso, o governo conta com outras frentes: a **reforma tributária** e a apresentação na próxima semana de um pacote para arrecadar de R\$ 100 bilhões a R\$ 150 bilhões, até o fim do ano, de setores pouco taxados ou que não são regulados, além do crescimento da economia.

Haddad comentou questionamentos de economistas que, ao tomarem conhecimento dos primeiros detalhes, avaliaram que ela exige aumento da carga tributária. O ministro descartou a criação de **tributos**, como a CPMF, ou aumento de alíquotas existentes para o contribuinte. Em 2022, a carga total atingiu o equivalente a 33,71% do **PIB**.

Segundo Haddad, há grandes sistemas que estão à margem do Fisco, citando a taxação das big techs, em discussão em vários países, e a tributação de apostas eletrônicas. Ele também mencionou que há setores demasiadamente favorecidos por incentivos que não foram revistos ou não tiveram controle de resultados.

- Vamos fechar os ralos do patrimonialismo brasileiro e acabar com uma série de abusos que foram cometidos contra o Estado brasileiro - disse. - Se quem não paga imposto passar a pagar, todos nós vamos pagar menos juros. É isso que vai acontecer.

Discutida desde a transição, a regra fiscal será fundamental para o governo Lula. É ela que irá garantir que as promessas de campanha do petista, como aumento de gastos sociais e de investimentos,

sejam cumpridas.

Ao mesmo tempo, o governo vê na regra a forma de atrair recursos privados e entregar um discurso de responsabilidade fiscal ao fim do mandato, em 2026, quando se pretende estabilizar a dívida.

Ao lado da ministra do Planejamento, Simone Tebet, Haddad disse que o arcabouço tem 100% de consenso no governo. A regra foi apresentada depois de divergências internas, especialmente com relação ao espaço para investimentos. No fim, acabou prevalecendo a visão de Haddad.

A regra prevê metas de resultado primário (receitas menos despesas, descontando o pagamento de juros da dívida) que serão cumpridas se ficarem dentro de um intervalo de até 0,25 ponto percentual para cima ou para baixo.

Por exemplo: em 2025, a previsão é que o país tenha superávit de 0,5% do **PIB**. Se o resultado ficar entre 0,25% do **PIB** e 0,75% do **PIB**, a meta será alcançada.

Além disso, a regra limita o crescimento das despesas a até 70% da alta das receitas. E também foram criados parâmetros, limites mínimos e máximos, para os gastos, independentemente da arrecadação. As despesas sempre crescerão entre 0,6% e 2,5% ao ano acima da **inflação**.

Por exemplo: se a arrecadação subir 5%, considerando a regra de 70%, as despesas poderiam crescer 3,5%. Mas esse percentual ultrapassa o limite máximo. Neste caso, elas aumentariam 2,5%.

Se a receita crescer menos que 0,6%, estará garantido um aumento de gastos de 0,6%.

Um aspecto importante da proposta é que será considerada a arrecadação com base na receita nos 12 meses anteriores ao envio do Orçamento ao Congresso, em agosto. Ou seja, a receita apurada será entre julho de um ano e junho de outro. Isso evita que parlamentares tentem inflar receitas durante as discussões da proposta para, conseqüentemente, elevar os gastos.

- Isso aqui (novo arcabouço) não é uma bala de prata que resolve tudo. É o começo de longa jornada. É um plano de voo de como vamos enfrentar o problema da economia brasileira - disse o ministro.

A nova regra privilegia investimentos, que passarão a ter um piso pela primeira vez. Esse mínimo será de R\$ 75 bilhões, que é o valor orçado para este ano, mais a **inflação**. O mínimo garante que o ajuste não será feito cortando investimentos, disse o secretário do Tesouro, Rogério Ceron.

Gastos do Fundeb (fundo de financiamento da educação básica) e com a ajuda financeira para estados e municípios bancarem o piso da enfermagem ficarão fora da regra. Além disso, a proposta abre brecha para que os gastos com saúde, educação e emendas parlamentares cresçam mais que outras despesas.

Isso ocorre porque essas três despesas estão atreladas diretamente às receitas, sem qualquer limitador - assim, os outros gastos podem ser reduzidos para cumprir o limite global.

Pela credibilidade que pode ser oferecida com a regra, o governo planeja retomar o grau de investimento (selo de bom pagador) em 2026 e iniciar uma economia com pagamentos de juros até atingir uma folga de R\$ 360 bilhões ao ano em 2031.

- A regra é um colchão na fase boa para poder usar na fase ruim e não deixar que o Estado se desorganize - disse Haddad.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/03/arca-bouco-fiscal-depnde-do-aumento-na-arrecadacao-para-cumprir-metas-e-equilibrar-contas-publicas.ghtml>

CNM cobra reforma tributária e previdenciária

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

CARTA

A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) divulgou, nesta quinta-feira (30), a Carta da XXIV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, na qual apresenta estudos e propostas de enfrentamento para os principais problemas vividos pelos gestores públicos do país. Entre os principais pedidos figuram as reformas da Previdência, fiscal e tributária, além da prorrogação da nova Lei de Licitações, informou a Agência Brasil.

Segundo o presidente do CNM, Paulo Ziulkoski, o evento reuniu mais de 11 mil participantes entre prefeitos, vice-prefeitos, secretários municipais, vereadores e outros agentes municipais em quatro dias de programação. As sugestões serão entregues aos presidentes da República, Luiz Inácio Lula da Silva; da Câmara, Arthur Lira; do Senado, Rodrigo Pacheco, e aos ministros do Executivo e do Supremo Tribunal Federal (STF).

O documento encaminhado pela CNM apresenta quatro propostas de emenda à Constituição. "Uma para estender aos municípios os benefícios da Reforma Previdenciária, que priorizou apenas as contas da União; outra para viabilizar a coincidência das eleições; também foi proposta a imposição de atualização permanente dos valores dos programas federais; e o Movimento Mulheres Municipalistas (MMM) defendeu uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que estende a licença-maternidade às gestoras municipais", afirma a carta.

LICITAÇÕES Em relação à Lei de Licitações, a expectativa é de que, nos próximos dias, o governo federal publique uma medida para estender até março do ano que vem o prazo para que os gestores possam atender a nova legislação. Na avaliação dos prefeitos, essa medida é fundamental para evitar impactos negativos na administração pública municipal.

A CNM pleiteia "a prorrogação do prazo até 1º de abril de 2024 para a entrada em vigor da obrigatoriedade de as administrações municipais adotarem os regulamentos da nova lei de licitações, permitindo um prazo maior para que os gestores se adaptem às novas regras", aponta o documento.

Também durante o evento, o Movimento Mulheres Municipalistas (MMM) entregou a parlamentares uma proposta para garantir direitos às mulheres que estão em cargos políticos, dentre eles, licença gestante, férias remuneradas e 13º salário.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login#page/80>

Campos Neto diz ver "boa vontade muito grande" da Fazenda

Nathalia Garcia

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou nesta quinta-feira (30) que, embora não tenha visto a proposta final da regra fiscal apresentada pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), há uma "boa vontade muito grande" do Ministério da Fazenda em fazer um arcabouço "robusto".

Os detalhes da nova regra fiscal foram anunciados pelo governo nesta quinta no mesmo horário em que o presidente do BC participava da apresentação do relatório trimestral de inflação na sede da autoridade monetária, em Brasília.

"Nós entendemos que existe uma boa vontade muito grande do Ministério da Fazenda de fazer um arcabouço robusto", disse Campos Neto, que viu uma exposição prévia do marco fiscal quando o desenho ainda estava em elaboração pelo governo.

"A gente ainda não olhou os detalhes, [o arcabouço] está sendo divulgado agora. A gente teve uma exposição ao arcabouço entendendo que havia ainda calibragem nos parâmetros, a gente vai olhar e analisar o que está sendo anunciado", afirmou.

Segundo o chefe da autarquia, a regra parecia "bastante razoável" antes da definição da calibragem dos parâmetros e mostrava uma preocupação com a trajetória da dívida pública.

"Quando nós olhamos o arcabouço sem a calibragem dos parâmetros, parecia bastante razoável. Mas faz algum tempo, de lá para cá, não tive nenhuma atualização, não quero fazer um comentário sem saber exatamente como é o arcabouço", afirmou.

"Quero dizer que a gente reconhece o esforço que está sendo feito pelo Ministério da Fazenda. É um projeto que é duro em um governo que tem bastante divisões, acho que denota claramente uma preocupação com a trajetória da dívida", acrescentou.

Como antecipou a Folha, o governo propõe uma regra fiscal em que o crescimento das despesas federais seja limitado a 70% do avanço das receitas primárias observado nos 12 meses até junho do ano anterior.

O novo marco prevê também um crescimento real das

despesas entre 0,6% e 2,5% ao ano e um patamar mínimo para investimentos, atendendo a uma preocupação política do PT de que esses gastos não sejam comprimidos ao longo do tempo.

Na ata divulgada na terça-feira (28), o Copom (Comitê de Política Monetária) do BC afirmou que uma regra fiscal "sólida e crível" pode ajudar no processo de desinflação ao produzir efeitos nas expectativas, embora a apresentação do novo marco não tenha relação direta e imediata com a política de juros.

"Não existe relação mecânica entre o arcabouço e uma desinflação. Na ata, a gente trouxe essa visão de que o canal expectacional [de expectativas] é o que tem maior impacto para a desinflação", afirmou Diogo Guillen, diretor de Política Econômica do BC.

Campos Neto reiterou ainda que política fiscal não é um trabalho do BC, mas que esse é um elemento que contribui para a decisão da autoridade monetária sobre os juros. "A gente precisa avaliar como vai ser a nova trajetória depois de anunciada [a regra]", disse.

Lira fala em aprovar arcabouço em abril, mas cita ajustes

Victoria Azevedo, Danielle Brant e João Gabriel

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou nesta quinta-feira (30) que vai trabalhar para aprovar a nova regra fiscal proposta pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ainda em abril, mas citou a necessidade de ajustes.

"É um bom começo, faz parte daquilo que ele vinha já tratando. Lógico que com mais alguns detalhes do que pretende fazer, das metas, todos os efeitos. O arcabouço vai ser uma diretriz, mais flexível do que o teto de hoje. Mas o "x" vai ser as nossas negociações para ver que projetos e que votações nós vamos ter que fazer após para ajustar o arcabouço", afirmou.

"Como, por exemplo, na tese que o governo defende de não aumentar **impostos** e fazer com que hoje quem não paga **impostos** passe a pagar", continuou.

Lira afirmou, no entanto, que não poderia se posicionar sobre o arcabouço antes de o texto ser enviado ao Congresso. "Tem que esperar que [o texto]

venha, não posso falar nada. Ele [ministro da Fazenda, Fernando Haddad] explicou ontem [quarta], explicou para o Senado, ficou de fazer uns ajustes no texto e mandar para o Congresso. Quando ele mandar, a gente se posiciona", disse o presidente da Câmara.

Lira participou de reunião com Haddad e líderes da Câmara na noite de quarta (29). Ele disse que no encontro não foi discutido quem será o relator da regra fiscal, mas afirmou que será alguém do seu partido, o Progressistas. "Mas ainda não está acertado o nome."

Nos bastidores, deputados citam quatro nomes do PP como candidatos para a tarefa: André Fufuca (MA), Fernando Monteiro (PE), Júlio Lopes (RJ) e Cláudio Cajado (BA). Alguns parlamentares, no entanto, lembram que isso concentraria relatorias importantes nas mãos de um único partido -o relator da **reforma tributária** é o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

Mais cedo, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), defendeu a necessidade de esperar o debate no Legislativo e também citou mudanças no texto.

"Senti de todos os líderes do Senado, inclusive da oposição, compromisso absoluto com uma pauta que é fundamental para o Brasil, que é a disciplina e o equilíbrio fiscal em substituição ao teto de gastos".

Passos para aprovar a nova regra fiscal no Congresso

Onde começará a tramitação?

Por se tratar de projeto de lei complementar encaminhado pelo Poder Executivo, o texto começará a tramitar na Câmara. A Casa terá a palavra final sobre o conteúdo, caso o Senado promova alterações durante a apreciação

Por onde a proposta de regra fiscal pode passar na Câmara?

Um projeto de lei complementar normalmente é encaminhado para análise das comissões especializadas em temas contemplados pela proposta -chamadas comissões de mérito. Há ainda as comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça, que podem analisar o mérito e/ou a admissibilidade dos projetos de lei complementar, isto é, se eles estão de acordo com regras orçamentárias e preceitos constitucionais. Todos devem passar também pelo plenário

O que é preciso para a proposta ser aprovada no Congresso?

Projetos de lei complementar exigem maioria absoluta de votos favoráveis, isto é, mais da metade dos integrantes de cada Casa. Isso significa reunirão menos 257 votos na Câmara e 41 votos no Senado

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50232&maxTouch=0&_ga=2.101743301.57140034.1679894828-1380897342.1635735907&_gl=1*1h2g9x9*_ga*MTM4MDg5NzM0Mi4xNjM1NzM1OTA3*_ga_RY1LTN28TR*MTY4MDI0MDYwNC4xOTcuMS4xNjgwMjQwNjExLjUzLjAuMA..

Regra para preço de transferência valerá em janeiro de 2024

A Câmara dos Deputados aprovou nessa quinta-feira (30) medida provisória (MP) que altera a **legislação tributária** para empresas que realizam transações no exterior com partes relacionadas (como coligadas, filiais ou sucursais) e que obriga a adoção das novas regras já em janeiro de 2024. A data contrariou pleito de multinacionais, que pediam até 2025 para adaptação. O texto seguiu para análise do Senado.

A MP estabelece nova sistemática que terá que ser considerada nas operações no exterior entre empresas relacionadas. O principal impasse foi o prazo para vigência.

A MP foi editada pelo governo Bolsonaro (PL), no dia 30 de dezembro e as regras já poderiam ser adotadas pelas empresas brasileiras desde janeiro de forma opcional, para não atrapalhar a tomada de empréstimos nos Estados Unidos por causa de mudanças na legislação do país.

A partir de 1º de janeiro de 2024, contudo, a adoção das regras será obrigatória, segundo a MP. Emendas foram apresentadas por representantes da indústria para prorrogar o prazo até 2026 e o relator, deputado Da Vitória (PP-ES), chegou a apresentar parecer com um "meio termo", a adoção em 2025, mas recuou ontem a pedido do governo e fixou a data de 2024. "O prazo maior, na opinião do governo, causaria grande insegurança jurídica e faria com que as empresas saíssem do Brasil", disse.

Para o advogado Roberto Duque Estrada, o setor produtivo considerava a MP relevante, mas a data causará prejuízos. "O prazo apresentado hoje implica em ajustes de contratos que já estão em vigor, com graves consequências e prejuízos para as empresas", afirmou.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187508?page=1§ion=1>

O IVA europeu e a reforma tributária brasileira - OPINIÃO JURÍDICA

Pilar Coutinho é colaboradora do blog Fio da Meada, consultora tributária na HerreveldvandenHurk & Partners, professora e pesquisadora na PUC Minas, onde fez doutorado com período de investigação na ULisboa

Não dá para negar: a inspiração mais clara da discutida **reforma tributária** sobre o consumo é o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) europeu. Isso fica claro nas propostas atuais que abrangem a substituição ou concentração de **tributos**, a manutenção de um imposto seletivo, a não cumulatividade plena e a adoção do princípio da tributação no destino.

Por tal motivo, fica tão interessante vislumbrar como o IVA real se constituiu dentro da União Europeia, a considerar as diversas forças políticas e realidades econômicas que alteraram o IVA teórico, ou seja, aquele concebido no ambiente perfeito da mente de economistas e juristas.

Vale a pena começar com dois elementos do modelo IVA: a substituição ou concentração de **tributos** e a manutenção de um imposto seletivo. Deveras, a concentração não foi total eis que elementos culturais dos diversos países demandaram tributação diferenciada para alguns produtos específicos com forte viés extrafiscal. Em Portugal, por exemplo, existem **impostos** especiais sobre o consumo a abranger produtos como tabaco, álcool, bebidas adicionadas de açúcar.

Mas, sobretudo, o que se chama de IVA, como se fosse um bloco monolítico, abrange diversos subtipos. Assim, há uma categoria do IVA sobre bens tangíveis com relevantes peculiaridades no caso de operações domésticas, extracomunitárias ou intracomunitárias. Há ainda o IVA sobre a prestação de serviços, que abrange qualquer operação que não constitua uma entrega de bens.

Essa classificação tem impactos significativos sobre a qual Estado membro o tributo é devido, eis que o princípio do destino também não é aplicado de forma absoluta. Para além disso, tratar-se de comércio tradicional ou e-commerce, destinação a consumidores finais ou não, tipo de objeto envolvido, também pode levar a aplicação da tributação na origem. Nesse ponto, prevalece uma ideia de

praticabilidade junto com garantia de arrecadação.

Claro que não se compara com a nossa tributação sobre o consumo. O nossos "IVAs" são muitos mais. Além da óbvia abrangência de muitos **tributos**, o próprio e mais controverso tributo sobre o consumo, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) não tem apenas uma identidade.

É possível dizer que temos o ICMS-Mercadorias, o ICMS-Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal / Comunicações e o ICMS-Importação. Isso se não quisermos contabilizar o ICMS interestadual, que também possui dinâmicas próprias.

De qualquer modo, a diferença entre o IVA europeu e a tributação sobre o consumo no Brasil é abissal. No primeiro caso, em termos de imposto a pagar, há pouca diferença na incidência sobre bens tangíveis e intangíveis, havendo também pouco espaço para não tributações. Como as alíquotas, em regra, são as mesmas para cada um dos subtipos, não há tanta dança e manéjo para que uma atividade se encaixe em um ou outro subtipo de IVA.

O que não significa que o IVA opera com apenas uma alíquota. Existe uma alíquota padrão, e duas outras reduzidas. Embora a aplicação das alíquotas dependa de cada Estado, as diretivas IVA (ou seja, normas gerais da União Europeia) padronizam a que bens e serviços essas podem se aplicar.

Isenções podem ser concedidas pelos Estados nos limites da diretiva. É o caso, por exemplo, da hospitalização, assistência médica, educação formal etc.

Portanto, a ideia de neutralidade plena, que demanda uma não cumulatividade funcional, sem medidas desonerativas ao longo da cadeia produtiva, é comprometida. Tal será especialmente complicado quando uma mesma entidade realizar atividades isentas e não isentas. A solução europeia é lidar com uma espécie de creditamento proporcional chamado pro rata. Obviamente, em alguma medida com comprometimento da simplicidade tributária, em prol do interesse público.

No nosso caso, dizer que há uma tributação sobre o consumo hoje com não cumulatividade, ainda que

imperfeita, seria ser demasiado generoso. O que há são **tributos** com algum grau de não cumulatividade. Além disso, os **tributos** sobre o consumo são muitas vezes cumulativos uns com os outros.

Não há no IVA europeu seletividade tributária nos modelos brasileiros, o que há, como dito acima, são isenções ou alíquotas diferenciadas para serviços e bens muito específicos, autorizada em diretiva, mas aplicada conforme interesse dos entes federados. A ausência de uma seletividade tributária, com imensas variações de alíquotas para produtos muitas vezes de consumo parecido, tem o ganho da evidente redução da complexidade e de criatividade abusivas: o puxa e estica das classificações fiscais.

Obviamente, nesses países com índices menos alarmantes de desigualdade social, melhores serviços públicos, uma tributação da renda mais universal e, ao mesmo tempo, mais realista em seu ajuste à capacidade contributiva, falar em seletividade, cashback, regressividade da tributação sobre o consumo, pode parecer, simplesmente, colocar chifre na cabeça de cavalo.

Ao mesmo tempo, afirmar que o modelo IVA é implantado no mesmo formato de laboratório em todos os países, é fingir não ver os cornos na cabeça do boi.

Pilar Coutinho é colaboradora do blog Fio da Meada, consultora tributária na HerreveldvandenHurk Partners, professora e pesquisadora na PUC Minas, onde fez doutorado com período de investigação na ULisboa

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187508>

Renda fixa domina em trimestre de alta incerteza

Adriana Cotias De São Paulo

No balanço das aplicações financeiras do primeiro trimestre, a renda fixa confirmou o posto de alternativa mais rentável - e segura - para o investidor. A bolsa frustrou, por boa parte do tempo, o ímpeto mais oportunista para aproveitar preços aparentemente baratos, mas a apresentação do novo plano fiscal do governo começa a atrair fluxo novo para as ações. No ano o Ibovespa ainda acumula desvalorização de 5,5% até o dia 30. Ações ligadas a consumo caíram quase 10%, pela dependência do crédito. Na liderança entre ativos tradicionais estavam o ouro, com ganhos de quase 6%, e o IMA-B 5, de títulos públicos atrelados à **inflação**, com prazo de até cinco anos (+4,5%). Com o IPCA projetado em 2,1%, há ganho real. A chegada da proposta de nova regra fiscal ao Congresso ontem tem potencial para melhorar o humor dos agentes financeiros e realimentou previsões de que a Selic possa cair dos 13,75% atuais já neste ano. Com a esperada convergência da **inflação** para a meta, abriu-se assim espaço para o alongamento das posições em estratégias ligadas a juros e algumas posições táticas em bolsa, segundo Ruy Alves, gestor de fundos macro global da Kinea Investimentos.

"A gente continua achando que o crédito vai ser mais restritivo, o crescimento difícil, mas falando em bolsa, se começa a ceder a parte média e longa da curva de juros, via uma **inflação** mais convergente e um arcabouço fiscal crível, isso sim beneficia a bolsa", afirma o gestor. Com resgates nos fundos de ações e a recente saída dos estrangeiros, que vinham balanceando as vendas do investidor local, o lado técnico parece ter ficado mais favorável também, porque os preços das ações refletem uma percepção muito pessimista.

Nos contratos de juros futuros, as projeções vinham sendo reduzidas para os próximos meses, mas para 2024 já recuperam terreno, sinalizando que a queda parece não ser sustentável, diz Alves.

Dentro da Kinea, a expectativa é que a **inflação** entre em rota de declínio, por isso a decisão foi alongar as posições aplicadas (apostando na baixa) em taxas para esse período em que os agentes financeiros embutem novas altas.

"O Brasil saiu de juros reais de -5% para +8% num período de menos de dois anos e isso começa a afetar a economia. E esse instrumento é como pescar com dinamite, quem está jogando dinamite não sabe quanto tem que jogar.

Primeiro, morrem os peixes pequenos, depois as tainhas e atuns e quando morre a baleia você percebe que jogou demais", diz Alves.

O mundo desenvolvido também está em pleno "processo de pescaria com dinamite". O gestor cita problemas nos fundos de pensão no Reino Unido, a quebra do americano Silicon Valley Bank (SVB), o resgate do First Republic e a venda apressada do Credit Suisse ao UBS como fenômenos decorrentes de condições financeiras mais apertadas. No Brasil, o endividamento das famílias que vai abalar o consumo em 2023.

O cenário é ainda de juros reais que "parecem uma miragem, que não podem existir na prática, e vão se desfazer por bem ou por mal".

prossegue Alves. "Sem superávit primário e sem crescimento, não há como estabilizar a dívida pública." Significa dizer que se o plano fiscal não resgatar a credibilidade que se espera, o prêmio gordo do juro real se converte em **inflação**.

Para a pessoa física, ter posições em Notas do Tesouro Nacional série B (NTN-B), que asseguram a correção pelo IPCA mais 6%, nos preços atuais, é "um presente para o rentista", diz o gestor.

"Para os fundos, são outros quinhentos por causa da marcação a mercado, mas para quem pode, pega e carrega isso." Para quem tem capacidade para tolerar a alta volatilidade e consegue olhar para além do horizonte de curto prazo, há boas perspectivas de retorno seja na renda fixa, seja na bolsa, diz Philipe Biolchini, executivo-chefe de investimentos (CIO) da Bradesco Asset Management.

Com juros nominais superiores a 13% e reais em 6%, a tendência é ter retornos muito atraentes na volta de um ambiente mais normal. "Vale também para a renda variável, com ativos negociados com desconto marcante, mas tem a concorrência da taxa de juros e o impacto da atividade mais fraca nas receitas e

despesas das empresas", prossegue o executivo. "Para quem tem visão de longo prazo é um bom momento de compra." Para ir além do CDI, Biolchini diz que depende do objetivo e do perfil. "Se você está entrando agora num ativo de risco, tem que entender o "valuation" dele e estar preparado porque vai oscilar, tem que estar consciente de que está comprando barato." No Santander, a principal orientação nos últimos meses casou com a demanda por alternativas de renda fixa, segundo o estrategista de investimentos Arley Junior.

Para a bolsa, a indicação estava um grau abaixo da exposição estrutural. Exceto para o perfil conservador, isso significa manter uma fatia em ações na carteira.

"O ciclo de aperto monetário trouxe juros mais altos, mas em algum momento vai ser suficiente para levar a **inflação** para a meta e o BC encontrar espaço para cortar juros. O mercado de renda variável tende a surfar bem nesse cenário.

O investidor não precisa esperar isso acontecer para estar posicionado, porque o nível de preços atuais já representa uma oportunidade." O Santander mantém a projeção de 122 mil pontos para o Ibovespa até o fim do ano. Para a Selic, o banco espera uma redução para 11% em 2024 e só em 2025 voltaria à casa de um dígito, para 8% ao ano. Os dados podem ser revisados, conforme os desdobramentos do plano do governo para o novo arcabouço fiscal. "É o principal tema do Brasil, crucial para a tomada de decisão de alocação.

No mundo de hoje, com a leitura local e internacional, o melhor é ter cautela. Isso está refletido nas classes de ativos na carteira." Junior afirma que o cliente tem buscado ativos ligados ao CDI por causa da taxa alta, incluindo letras de crédito imobiliário e do agronegócio (LCI e LCA) e letras imobiliárias garantidas (LIG).

Na carteira recomendada, o banco sugere notas estruturadas com proteção de principal e crédito privado de empresas de primeira linha. Junior cita que houve momentos, na semana passada, em que tinha papéis no secundário pagando IPCA mais 7%, 8%, isentos de imposto de renda.

"Mas quando a gente fala em crédito é buscar o risco pulverizado, pode ser via fundos ou pela compra direta, compondo uma carteira, pode ser uma alocação atrativa para todos os perfis." Na economia global o grau de incerteza é tão grande hoje que há argumentos convincentes tanto para a queda dos juros americanos como para novas altas, diz Biolchini, da Bradesco Asset. E isso importa porque a negociação de taxas nos EUA representa o mercado mais líquido do mundo e é determinante para a avaliação e

rentabilidade de ativos em geral.

Há uma corrente que avalia que a crise no sistema bancário tende a se aprofundar, levando o banco central dos EUA a inverter o passo da política monetária, e há quem considere que as iniciativas tomadas são suficientes para estancar o problema e que é comum, num processo de aperto, haver vítimas pelo caminho.

"Isso faz a expectativa de ganho, ajustada à volatilidade, pouco atrativa", afirma Biolchini. Leva o investidor a portfólios mais conservadores e, por ora, "com a condição privilegiada de ter bom retorno, com baixo risco."

Novo plano fiscal pode ser gatilho para as ações

A apresentação do novo plano fiscal pelo ministro da Economia, Fernando Haddad, pode ser um gatilho poderoso para a bolsa brasileira, especialmente se o equacionamento das contas públicas andar em paralelo com a **reforma tributária**. Segundo Alexandre Steinberg, sócio-fundador da gestora de ações Skade Capital, a partir do momento em que o arcabouço traz uma trajetória de dívida descendente, já é suficiente para os investidores fazerem contas e buscarem valor na renda variável. "Se a convergência for rápida ou devagar, está bom, mas que seja descendente.

Todo mundo está esperando isso, inclusive o Banco Central." Com projeções de **inflação** ainda escapando da meta, se o ajuste não vier pelo controle das contas públicas, virá pela redução da atividade, o que permitirá ao BC cortar os juros, ou seja, o relaxamento "vem pelo motivo certo ou errado", afirma Eduardo Cortez, sócio-fundador da Skade.

Os gestores veem verdadeiras barganhas na bolsa, de companhias que tiveram que se adaptar à rápida mudança de cenário, com a Selic saindo de 2% durante a pandemia de covid-19, para os 13,75% atuais.

"Há muitos exemplos na bolsa, cujos diretores financeiros fizeram um trabalho sensacional de redução da dívida, repactuação e rolagens para garantir a liquidez das empresas, e muitas das nossas investidas vão colher os frutos de uma situação de caixa mais confortável, ninguém abre mão disso", prossegue Cortez. "Mesmo que o crescimento não seja super acelerado, uma eventual redução da taxa de juros, senão no segundo semestre de 2023, no primeiro de 2024, vai ter um impacto forte em algumas companhias que já fizeram tudo na gestão de passivos." Guararapes, dona da Riachuelo, a fabricante de reboques e carretas Randon e a de

componentes automotivos lochpe Maxion são alguns dos nomes que compõem a carteira.

No ambiente externo, a transição de economias desenvolvidas rodando com taxas negativas ou próximas de zero, para uma situação normal, com juros, a elevação para 4% a 5% nos Estados Unidos, em apenas 18 meses, se compara ao movimento de "uma placa tectônica, que vai produzir terremotos", diz Gustavo Aranha, sócio da Geo Capital, casa dedicada a ações globais. "Temos visto alguns desses terremotos, houve um momento na Inglaterra em que os fundos de pensão quase quebraram por uma questão técnica, reflexo da alta de juros nos bonds; no segmento de criptos teve companhia indo à falência e agora alguns eventos relevantes, com o Credit Suisse sumindo como o maior deles." Olhando adiante, ele diz que o mais importante é avaliar quais os modelos de negócios, num mundo de juros entre 4% e 6%, que mesmo crescendo eventualmente menos, continuam sendo bons. "Estamos no meio desse movimento, muita coisa caiu na bolsa lá fora, tem companhia barata que já subiu um monte, é um momento de muita incerteza", diz Aranha. "O cuidado é olhar para a qualidade das empresas e o valor dessas companhias para frente num cenário mais desafiador do que foi nos últimos 15 anos." Se o quadro para os próximos seis a oito meses é ainda nebuloso, num horizonte mais longo, há chances de capturar ganhos ao selecionar agora empresas que vão se sair muito bem. "Tem companhia que no preço de hoje é muito boa para investir se deixar numa gaveta por três a cinco anos. Há o desafio de convencer o cliente a ter esse olhar, mas esse é o segredo de se ganhar dinheiro com renda variável. Existem bons negócios e é preciso deixar o tempo trabalhar a favor." Na carteira, a Geo tem hoje nomes como Alphabet, a dona do Google, Visa, a Berkshire Hathaway, de Warren Buffett, Booking.com e a CBOE, a bolsa de futuros de Chicago. "São várias companhias dominantes em seus setores a preços e valuations muito atrativos." Para Ruy Alves, gestor de fundos macro global da Kinea, deve levar algum tempo para as ações se valorizarem lá fora, porque as projeções de lucros das companhias tendem a ser revisadas para baixo, com o freio econômico que se desenha.

"Nem acho que haja uma crise bancária aguda, que vá quebrar um banco por semana, mas passa a ser crônica porque o Fed [banco central dos EUA] está tirando depósitos do sistema, o "quantitative tightening" faz isso e gradualmente e vai apertar o crédito, cercear as emissões [de dívida]."

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187508>

Mercado tem reação positiva à proposta de arcabouço fiscal

Victor Rezende, Gabriel Roca, Augusto Decker e Arthur Cagliari De São Paulo

O mercado recebeu de forma positiva a nova proposta de arcabouço fiscal e o resultado visto ao longo da sessão de ontem foi um alívio nos ativos brasileiros. Embora alguns pontos do projeto sejam encarados com desconfiança pelos agentes, a simples existência de uma regra permitiu a retirada de cenários pessimistas dos preços.

Os reflexos foram vistos nos ganhos firmes que o Ibovespa sustentou ao longo de toda a sessão, enquanto os juros futuros e o dólar se ajustaram em queda, sustentados, ainda, pela entrada de capital estrangeiro após o anúncio da regra.

A ansiedade em torno da divulgação do novo arcabouço fiscal já era grande e aumentou ainda mais nos últimos dias. Desde terça-feira, quando alguns pontos da nova regra começaram a ser divulgados, a volatilidade dos ativos brasileiros cresceu e ontem, enquanto os detalhes da proposta eram anunciados pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a instabilidade dominou os negócios no mercado.

Ao longo do dia, os ativos passaram a mostrar um comportamento mais benigno, que, novamente, opôs economistas e operadores.

Enquanto a sensação entre analistas e economistas indica que a incerteza fiscal segue elevada, diante de premissas classificadas como "bastante otimistas" na regra, entre os "traders" houve a percepção de que cenários fiscais adversos não devem se materializar, o que gerou processo de retirada de prêmios de risco dos ativos domésticos.

O Ibovespa encerrou o pregão em alta de 1,89%, aos 103.713 pontos, enquanto o dólar terminou a quinta-feira negociado a R\$ 5,0972, em queda de 0,72%.

A reação mais interessante, porém, foi vista no mercado de juros, onde as taxas futuras mostraram comportamento instável ao longo de todo o dia, mas, durante a tarde, o viés de queda predominou e se intensificou, ajudado pelo fluxo de entrada de capital estrangeiro. A taxa do DI para janeiro de 2025 recuou de 12,155% para 11,965%, enquanto a do DI para janeiro de 2029 caiu de 12,71% para 12,50%.

"O mercado estava sem direção na parte fiscal, só tinha declarações de boas intenções e, agora, veio um projeto que vai um pouco além dessas intenções e que é exequível.

Não é uma regra tão simples, mas também não é complexa e ainda temos que ver detalhes, mas a barra não estava muito alta para agradar o mercado, principalmente o investidor estrangeiro.

Ninguém ficou surpreso negativamente", diz Gustavo Brotto, sócio e gestor da BlueLine Asset.

Não por acaso, já durante a manhã, a demanda por ativos brasileiros entre o investidor estrangeiro se mostrou alta. No leilão de títulos públicos de ontem, o Tesouro Nacional emitiu a oferta integral de 1,75 milhão de títulos prefixados de prazo mais longo (NTN-F), que costumam ser os papéis preferidos dos não residentes.

"A estrutura não é perfeita, mas remove um importante risco de cauda para os mercados. E, em termos relativos, o Brasil não é a pior história. E isso é bastante relevante em teses de investimentos, até porque os ativos brasileiros estão muito, muito baratos em base relativa", observa o diretor da tesouraria de um grande banco local em condição de anonimato. Ele, inclusive, acredita que o efeito "fear of missing out" (medo de ficar de fora, em tradução livre) pode ter imperado nos mercados domésticos.

Esse executivo, inclusive, revela que a tesouraria tem buscado adicionar riscos de forma gradual, diante de uma visão positiva, especialmente no mercado de juros.

"Com o dólar de volta a R\$ 5,08 e diante de uma forte contração do crédito, como esperar uma aceleração da inflação?", questiona.

De fato, a revelação do arcabouço trouxe novas apostas em uma antecipação do ciclo de flexibilização da Selic e em uma queda ainda mais intensa dos juros futuros, mesmo com o discurso bastante conservador do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, em relação à política monetária ontem. Apostas de um corte de juros em junho voltaram a ganhar força, e o mercado coloca no preço uma Selic entre

11,75% e 12% no fim do ano.

"Agora que temos a concretização de um projeto, podemos ver algum espaço se abrindo para o BC cortar juros na metade do ano, em junho ou agosto, dependendo das expectativas de inflação, que podem se estabilizar. E esse movimento abre possibilidades na renda fixa, especialmente na parte intermediária da curva de juros", diz Brotto, da BlueLine. "Estamos começando a discutir se vale a pena montar posições otimistas em renda variável e, principalmente, em juros intermediários." Alguns participantes do mercado, porém, avaliam com ceticismo a chance de uma antecipação no processo de flexibilização do juro.

É o caso do economista-chefe da BGCLiquidez, Juliano Ferreira, para quem a nova regra traz pontos positivos e negativos, mas, ao não garantir de forma clara uma trajetória sustentável da dívida, não abriria espaço para o Banco Central antecipar um ciclo de cortes na Selic.

"O BC deixou muito explícito na ata e no comunicado que os agentes precisam perceber que o arcabouço fiscal endereça a trajetória de dívida/PIB no médio prazo, ou seja, não basta apenas apresentar.

É preciso esperar a tramitação para entender de fato qual será a trajetória da dívida/PIB no médio prazo.

Nas minhas contas, a regra não endereça essa trajetória", afirma.

Ferreira, inclusive, observa que, com expectativas de inflação em níveis muito elevados, seria preciso ver primeiro um processo de reancoragem. Ele, contudo, pondera que a percepção sobre o novo arcabouço fiscal pode ser alterada conforme detalhes da proposta sejam divulgados pelo governo.

Da mesma forma o gestor de renda fixa da Sicredi Asset, Cássio Andrade Xavier, aponta que o cenário inflacionário desafiador justificaria os juros em um nível elevado por um período mais longo.

Ele, porém, destaca que o mercado tem demonstrado nas últimas semanas maior aptidão por apostar na queda das taxas futuras diante de um cenário global mais incerto e do aparente desfecho mais positivo do ponto de vista fiscal.

"O mercado acaba tirando alguns riscos de cauda mais extremos dos preços e o tomador de risco, que estava esperando essas probabilidades diminuírem, acaba aproveitando para aplicar [apostar na queda] dos juros. Ainda temos um viés mais pessimista, mas não é hora de enfrentar o mercado", afirma Xavier, ao revelar que a Sicredi Asset tem posições mais leves

em ativos locais no momento.

A proposta revelada ontem por Haddad ainda deixa dúvidas entre os agentes do mercado sobre a capacidade do governo de entregar o que está sendo prometido, afirma Gabriel Fongaro, economista sênior do Julius Baer Family Office.

"Fiz contas preliminares e não consegui chegar aos números apontados pelo governo sem recorrer à elevação de carga tributária, o que eles já descartaram", diz Fongaro.

O economista, inclusive, diz ter ficado "com a pulga atrás da orelha" em relação à reação positiva dos mercados. "Creio que foi porque esperavam algo pior, mas também não acredito que os investidores vejam nessas regras uma solução visível para os problemas fiscais", afirma. Para ele, um rali sustentável dos ativos financeiros brasileiros só deve acontecer depois que mais detalhes forem divulgados e definidos durante as negociações com o Congresso.

"A reação dos ativos foi resultado de um desenho um pouco melhor que o esperado, mas vale dizer que o câmbio, por exemplo, estava bastante depreciado frente ao dólar, na comparação com seus pares", nota o economista.

Nesse sentido, vale destacar que o dólar se ajustou em queda contra outras moedas de mercados emergentes e avançados, em um movimento de desvalorização generalizada da moeda americana.

Na visão de Mario Schalch, gestor de multimercados da Neo Investimentos, mesmo com o desempenho positivo dos ativos brasileiros na sessão de ontem, a oscilação dos mercados foi contida quando se leva em conta a expectativa em relação ao arcabouço fiscal. "Dado o que foi anunciado, eu esperava reação pior, mas a movimentação como um todo foi bem modesta", afirma o gestor.

Além disso, Schalch também não vê valorização sustentada dos ativos domésticos. "A proposta não deve trazer uma melhora consistente de perspectiva para o mercado.

Não é suficiente, então o mercado deve seguir com muitas dúvidas", diz. Nesse sentido, a Neo Investimentos continua a ver um processo de redução da Selic com início apenas no fim do ano.

"Faltam detalhes importantes sobre o arcabouço. As regras colocadas são muito mais soltas do que a indicação de superávit primário que se deseja fazer", diz o gestor. "A regra coloca limites muito pequenos para que exista algum tipo de obrigação de

cumprimento de superávit. E não parece estar claro se as metas de superávit serão obrigatórias. A regra coloca parâmetros, mas o que vai determinar a política fiscal é a vontade do governo", diz Schalch.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187508>

Regra fiscal vinculada à reforma é difícil de sair do papel, diz economista

Colaboração para o UOL, em São Paulo

O governo Lula apresentou as novas regras de controle de gastos públicos, o novo arcabouço fiscal, nesta quinta-feira (30). O regime de gastos combinará uma meta de superávit primário (resultado positivo nas contas do governo sem os juros da dívida pública) e um limite para o crescimento das despesas.

Em entrevista durante o UOL News, a professora do Insper (Instituto de Ensino e Pesquisa) Juliana Inhasz classificou o novo arcabouço como ambicioso, por contar com a receita de uma possível **reforma tributária**.

Juliana ainda afirmou que o fato de a regra estar vinculada à **reforma tributária** dificulta que ela seja colocada 100% em prática.

O colunista do UOL Chico Alves também falou durante sua participação no UOL News desta quinta-feira sobre o novo arcabouço fiscal. Segundo o colunista, a aceitação entre diversos setores mostra que o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, venceu algumas objeções e hoje se mostra a melhor escolha para o cargo.

Para Chico Alves, o primeiro impacto das novas regras não poderia ser melhor.

Juliana Inhasz foi questionada pelo colunista do UOL Chico Alves a respeito das diferenças do novo arcabouço fiscal e o teto de gastos. Segundo ela, as duas regras têm seu valor, mas o teto de gastos era mais rígido.

Já sobre a nova regra, Juliana acredita que a flexibilidade traz um ganho ao governo.

O UOL News vai ao ar de segunda a sexta-feira em três edições: às 8h, às 12h e às 18h. O programa é sempre ao vivo.

Quando: de segunda a sexta, às 8h, às 12h e 18h.
Onde assistir: Ao vivo na home UOL, UOL no YouTube e Facebook do UOL.

Veja a íntegra do programa:

Site:

***[https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/03/30/
regra-fiscal-vinculada-a-reforma-e-dificil-de-sair-do-
papel-diz-economista.htm](https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/03/30/regra-fiscal-vinculada-a-reforma-e-dificil-de-sair-do-papel-diz-economista.htm)***

Analistas temem aumento de carga tributária e Haddad mira em até R\$ 150 bi de arrecadação

Brasília

Analistas de mercado veem que o novo arcabouço fiscal anunciado nesta quinta-feira, 30, pela equipe econômica depende do aumento de receitas para ter êxito. Sem sinalização de corte de despesas, há o receio de que o governo promova uma elevação na carga tributária. Mais cedo, como mostrou o Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse apostar no lançamento de um pacote de medidas saneadoras neste ano que pode elevar a arrecadação federal entre R\$ 100 bilhões e R\$ 150 bilhões por ano.

Segundo Haddad, a ideia da Fazenda é promover medidas para pôr fim aos jabutis tributários, além de cobrar **impostos** de setores favorecidos e que não estão regulados, como as apostas eletrônicas, como já tinha antecipado.

Temos um conjunto de medidas saneadoras, entre R\$ 100 bilhões e R\$ 150 bilhões até o fim do ano. Virão novas medidas na mesma direção que vão cobrir o buraco herdado da administração anterior, mas dando foco no crescimento, completou ele.

O ministro descartou, por outro lado, a criação da CPMF, reonerar a folha de pagamentos das empresas e acabar com o Simples. Haddad disse ainda que, na segunda fase da **reforma tributária**, deve haver desoneração da folha.

O ex-ministro da Fazenda e sócio da Tendências Consultoria Integrada, Mailson da Nóbrega, avalia que essa dependência do novo arcabouço com aumento de receita cria incentivo para elevar carga tributária, o que representa risco. Isso já aconteceu no Brasil. Superávit primário em vários momentos foi cumprido por aumento da arrecadação e não corte de gastos, afirmou.

Ele disse, por outro lado, que a declaração do ministro caminha no sentido correto de tributar aposta em site, por exemplo. Concordo com a declaração do ministro, até porque a **reforma tributária** em discussão no Congresso (sobre consumo) é neutra do ponto de vista da arrecadação. Arrecadação pode até subir, mas não

por aumento de alíquota, avaliou.

O passo seguinte do governo, de tributação da renda no segundo semestre, também é assertivo, na avaliação de Mailson. Tributação da renda tem muitos privilégios, primeiro porque classe média e rica pode abater do seu imposto de renda os gastos com educação, avaliou.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/03/30/analistas-temem-aumento-de-carga-tributaria-e-haddad-mira-em-ate-r-150-bi-de-arrecadacao.htm>

'Temos maioria no Legislativo para aprovar o arcabouço fiscal', afirma Randolfe Rodrigues

Líder do governo no Congresso, o senador Randolfe Rodrigues disse estar tranquilo sobre a aprovação da nova regra fiscal no Legislativo. O senador garantiu que o governo tem maioria absoluta nas duas Casas para aprovar a matéria. Ele destacou que conta com os votos do partido de centro na Câmara.

'Os partidos que constituem a federação liderada pelo PT eu estou consciente que votarão em uníssono a favor da âncora fiscal, tanto na Câmara quanto no Senado. (...) Eu estou tranquilo, incluindo, PSD, MDB, União Brasil, que integram o governo, de que nós, hoje, na Câmara dos Deputados, temos maioria absoluta, ou seja, temos o número de votos necessários', afirmou.

Em participação no podcast 2+1, Randolfe ponderou, porém, que ainda falta ao governo construir "maioria constitucional" na Câmara dos Deputados. Ele lembrou, por exemplo, do quórum necessário para aprovar futuramente a **reforma tributária**. Por outro lado, o senador apontou a força no Senado com a reeleição de Rodrigo Pacheco.

'No Senado tivemos um teste de base. (...) O presidente Rodrigo Pacheco teve 49 votos. Acreditamos que, hoje, nós podemos chegar até 56 para a base de apoio. Já é muito acima do quórum constitucional, que no Senado é de 48. (...) Na Câmara, não ocorreu uma disputa nessa natureza. Houve um grande acordo em torno da candidatura do presidente Arthur Lira. Por isso, é necessário ser feito um "teste de painel", avaliou.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou oficialmente o novo marco fiscal nesta quinta-feira. A matéria deverá ser enviada para apreciação do Congresso na semana que vem. Randolfe enalteceu o trabalho de "equilibrador de pratos" do ministro.

'Na exposição do Haddad aos líderes do Senado, ele até fez um trocadilho: meu desafio é agradar à esquerda e também Roberto Campos Neto. A proposta foi muito bem recebida pelo mercado e foi pacificada no âmbito do governo. Eu fiquei muito satisfeito com o que eu ouvi até de lideranças da oposição e também por parte do presidente Arthur

Lira. Estou muito otimista que nós conseguiremos aprová-la', disse.

O senador também falou sobre o trabalho do governo na mediação do conflito entre Rodrigo Pacheco e Lira a respeito da tramitação das medidas provisórias. De um lado, o presidente da Câmara reivindica um marco temporal para o retorno das comissões mistas que analisam as MPs. Do outro, o chefe do Senado se manifesta a favor da restauração imediata das comissões, como é previsto na Constituição.

'Nós estamos mais próximos de uma solução do que já estivemos antes. Estou preparado, por exemplo, ficar de serão aqui na Semana Santa e tentarmos instaurar, pelo menos, quatro das 13 comissões mistas de MPs que o governo tem que instalar', informou. Ele admitiu, no entanto, que ainda se trata de uma solução excepcional. Randolfe Rodrigues reconheceu que o governo corre para aprovar as medidas provisórias de interesse.

'Cada dia com a sua alegria e com sua agonia. A nossa prioridade agora é que 11 MPs precisam ser votadas até junho. Dessas, sete caducam no dia 1º de junho. Então, estamos na "banguela" para a apreciação delas. Nos dedicaremos à resolução disso, e vamos trabalhar, obviamente, para as equações entre Câmara e Senado serem resolvidas também nesse primeiro semestre para nos dar mais tranquilidade', pontuou.

O líder de governo analisou ainda a volta do ex-presidente Jair Bolsonaro ao Brasil e a criação de uma possível liderança de oposição. Com Bolsonaro fora de cargos parlamentares, o ex-ministro Sergio Moro, agora senador, surge como um aspirante. Randolfe, no entanto, descarta o ex-juiz como essa figura.

'Não o vejo se qualificando como um líder opositor. Às vezes, ele é até acuado pela atuação de bolsonaristas mais identificados para fazer oposição do que ele. O ex-ministro, hoje, é representante de algo que nós nunca podemos esquecer: quando o sacerdócio da magistratura é abandonado e se transforma em instrumento político, nós temos a deterioração da Justiça e da democracia.

Isso é uma pecha que o próprio senador me parece que não faz questão de tirar. Ele usa claramente esse figurino', afirmou.

Site:

<https://oglobo.globo.com/podcast/noticia/2023/03/temos-maioria-no-legislativo-para-aprovar-o-arcahouco-fiscal-afirma-randolfe-rodrigues.ghtml>

Equipe econômica espera recuperar grau de investimento em 2026

Rosana Hessel

A equipe econômica do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aposta as fichas no novo arcabouço fiscal, cujas linhas gerais foram apresentadas pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e pela ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, nesta quinta-feira (30/3), para recuperar o grau de investimento perdido em 2015.

O selo de bom pagador das agências internacionais de classificação de risco foi conquistado pelo Brasil em 2008, pela Standard & Poor's, e, em 2009, pela Fitch Rating e pela Moody's. De acordo com o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, a expectativa do governo é recuperar o investment grade a partir de 2026.

"Se olharmos outros momentos históricos, o ciclo de recuperação do grau de investimento varia de cinco a sete anos. Precisamos avançar nesse processo", reconheceu o secretário, nesta quinta-feira (30/3), a jornalistas durante o detalhamento do que será a proposta do Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) do novo arcabouço fiscal, que substituirá o teto de gastos.

Para ele, o novo arcabouço fiscal e medidas complementares da agenda do governo, como a **reforma tributária**, devem contribuir para a melhora da avaliação do Brasil pelas agências de avaliação de rating. E, nesse processo, o arcabouço é um dos primeiros passos. "Estamos a dois ou a três passos do grau de investimento. Com o país voltando a crescer e com a história se mostrando real e as metas fiscais cumpridas, chegaremos em 2026 com condições de recuperar o grau de investimento", afirmou.

Ceron mantém o otimismo. "Há desafios, mas não é impossível. É um pouco esse nosso objetivo. O Brasil não está longe dos indicadores semelhantes para dar espaço à recuperação do grau de investimento", acrescentou.

Metas de superávit

O novo arcabouço fiscal que o governo encaminhará ao Congresso Nacional nos próximos dias prevê uma meta fiscal flexível de superávit primário (economia para o pagamento dos juros da dívida pública) nos próximos anos, com banda de 2,5% do Produto

Interno Bruto (**PIB**) e piso de 0,6% para o crescimento dos gastos. A regra ainda tem mecanismos anticíclicos para ajustes de despesas no caso de queda do **PIB** ou de aumento de receita. No caso de descumprimento meta, o limite para o aumento de despesas, de 70% do crescimento da receita líquida,

Quando houver uma performance melhor no resultado primário, ou seja, quando ultrapassar a meta fiscal, em tese, o excesso será utilizado como bônus de investimento. O excedente do teto da meta ficará reservado como adicional de investimentos nos exercícios. O prazo de quando poderá ser utilizado, contudo, não deverá ser limitado, de acordo com o secretário. "Uma parte desse bônus também pode reservar o problema dos passivos de precatórios", aventou o secretário, em relação à bomba fiscal deixada pelo governo Jair Bolsonaro (PL), com as pedaladas de parte das dívidas judiciais via emenda constitucional aprovada pela gestão anterior.

Pelas projeções da equipe econômica, as novas medidas visando a recuperação do saldo positivo nas contas públicas a partir de 2026, se implementadas, poderão gerar uma economia no custo de juros da dívida pública de R\$ 360 bilhões no acumulado até 2031. "As medidas, se aplicadas, vão gerar economia que é superior ao que o país investiu nos últimos 10 anos", afirmou.

De acordo com o secretário do Tesouro, o texto do PLN do arcabouço fiscal será finalizado antes da Páscoa para ele poder ser encaminhado ao Congresso e tramitar junto com o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) do ano que vem, cujo prazo para entrega ao Legislativo termina em 15 de abril.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e

telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

**[http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/03/
5084038-equipe-economica-espera-recuperar-grau-de-
investimento-em-2026.html](http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/03/5084038-equipe-economica-espera-recuperar-grau-de-investimento-em-2026.html)**

Criação de novos impostos é fake news , diz secretário do Tesouro sobre novo arcabouço fiscal

BRASÍLIA - O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirmou nesta quinta-feira, 30, que o novo arcabouço fiscal não prevê a criação de novos **impostos**. Não envolve criação de novos **tributos**, é fake news , afirmou, dizendo que têm circulado notícias falsas sobre a criação de novos **tributos**.

Ele falou que a única previsão de nova tributação, com aumento de alíquota, é em relação ao setor de apostas eletrônicas, já sinalizada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Não são novos **tributos**, estamos falando de correção de distorções , disse.

Na apresentação na nova regra para controle das contas públicas, Haddad falou que a Fazenda irá enviar ao Congresso novas medidas para acabar com o que chamou de jabutis tributários e obter entre R\$ 100 bilhões e R\$ 150 bilhões para os cofres públicos .

Segundo Ceron, o modelo do novo arcabouço fiscal garante uma melhora fiscal ao longo do tempo quando atrelado a correções no sistema tributário. A melhora fiscal será mais ou menos intensa de acordo com recuperação da base tributária , disse. O secretário de política econômica, Guilherme Mello, ressaltou a importância da **reforma tributária**, em discussão no Congresso Nacional.

Ceron reforçou que o crescimento das despesas estará limitado a 70% das receitas já realizadas nos últimos 12 meses (de julho a junho), de modo a não depender de projeções.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/criacao-de-novos-impostos-e-fake-news-diz-secretario-do-tesouro-sobre-novo-arcabouco-fiscal,c713fa8570a755395972a995845b2616rg8o8tvv.html>

Rodrigo Pacheco prorroga por 60 dias vigência de 15 MPs

Por Edna Simão e Juliano Basile, Valor - Brasília

O presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco, prorrogou, por mais 60 dias, a vigência de 15 medidas provisórias. Os atos de Pacheco foram publicados nesta quinta-feira (30) em edição do Diário Oficial da União (DOU) e acontecem em meio a impasse entre Câmara e Senado sobre o rito da tramitação das medidas provisórias.

Foram prorrogadas a vigência das seguintes MPs:

Medida Provisória nº 1.146, de 16 de dezembro de 2022, que altera a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, quanto ao fator de conversão da retribuição básica".

Medida Provisória nº 1.147, de 20 de dezembro de 2022, que altera a Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, que instituiu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), e reduz a zero por cento as alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) incidentes sobre as receitas decorrentes da atividade de transporte aéreo regular de passageiros.

Medida Provisória nº 1.148, de 21 de dezembro de 2022, que altera a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, para ampliar o prazo de vigência do crédito presumido e do regime de consolidação.

Medida Provisória nº 1.149, de 21 de dezembro de 2022, que "dispõe sobre a gestão e a operacionalização dos pedidos das indenizações previstas no art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, com vistas a assegurar a sua continuidade, e altera a Lei nº 14.075, de 22 de outubro de 2020.

Medida Provisória nº 1.150, de 23 de dezembro de 2022, que altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.

Medida Provisória nº 1.151, de 26 de dezembro de 2022, que altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, a Lei nº 11.516, de 28 de

agosto de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Instituto Chico Mendes), a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, e dá outras providências.

Medida Provisória nº 1.152, de 28 de dezembro de 2022, que altera a legislação do Imposto sobre a Renda das Pessoa Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para dispor sobre as regras de preços de transferência.

Medida Provisória nº 1.153, de 29 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a prorrogação da exigência do exame toxicológico periódico, altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, altera a Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, quanto ao seguro de cargas, e altera a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, quanto às cessões de Analistas de Infraestrutura e Especialistas em Infraestrutura Sênior.

Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, que "estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

Medida Provisória nº 1.155, de 1º de janeiro de 2023, que institui o Adicional Complementar do Programa Auxílio Brasil e do Programa Auxílio Gás dos Brasileiros.

Medida Provisória nº 1.156, de 1º de janeiro de 2023, que dispõe sobre a extinção da Fundação Nacional de Saúde - Funasa, instituída por autorização da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e a absorção de suas competências, patrimônio e pessoal pela administração pública federal direta.

Medida Provisória nº 1.157, de 1º de janeiro de 2023, que reduz as alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) incidentes sobre operações realizadas com óleo diesel, biodiesel, gás liquefeito de petróleo, álcool, querosene de aviação, gás natural veicular e gasolina.

Medida Provisória nº 1.158, de 12 de janeiro de 2023, ,

que altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e a Lei nº 13.974, de 7 de janeiro de 2020, para dispor sobre o Conselho Monetário Nacional e sobre a vinculação administrativa do Conselho de Controle de Atividades Financeiras ao Ministério da Fazenda.

Medida Provisória nº 1.159, de 12 de janeiro de 2023, que altera a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para excluir o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) da incidência e da base de cálculo dos créditos da Contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins)

Medida Provisória nº 1.160, de 12 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a proclamação do resultado do julgamento, na hipótese de empate na votação no âmbito do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**, e sobre a conformidade tributária no âmbito da Secretaria Especial da **Receita Federal do Brasil** do Ministério da Fazenda e altera a Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, para dispor sobre o contencioso administrativo fiscal de baixa complexidade.

Site:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/03/30/rodrig-o-pacheco-prorroga-por-60-dias-vigencia-de-15-mps.shtml>

Contribuinte volta a perder no Carf tese sobre PLR de diretor estatutário

Por Beatriz Olivon - De Brasília

A 2ª Turma da Câmara Superior do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** entendeu que incide contribuição previdenciária sobre valores de participação nos lucros e resultados (PLR) pagos a diretores estatutários. A decisão foi por maioria de votos e indica, segundo especialistas, a volta da jurisprudência favorável à Fazenda Nacional.

No ano passado, com outra composição, os contribuintes conseguiram importantes precedentes na 2ª Turma - que dá a palavra final sobre o tema, discutido por bancos e grandes empresas. Contou para essas vitórias o voto do então presidente do **Carf**, Carlos Henrique de Oliveira, que deixou o cargo no começo deste ano.

Nessa tese, o entendimento da **Receita Federal** é o de que a Lei nº 10.101, de 2000, dá direito a isenção apenas para valores pagos a empregados celetistas, deixando de fora, por exemplo, diretores estatutários (sem vínculo). Para o ex-presidente do **Carf**, porém, cumpridos os requisitos da norma, o pagamento da PLR é extensível aos contribuintes individuais.

De acordo com ele, não há, na Constituição Federal, diferenciação entre os trabalhadores, empregados subordinados ou não. E é proibida, pela norma, afirmou nos julgados, qualquer distinção em razão da ocupação funcional, independentemente da denominação jurídica de rendimentos, títulos ou direitos.

Em julgamento realizado na semana passada, porém, prevaleceu outro entendimento, por cinco votos a três. Foi mantida autuação fiscal que cobra cerca de R\$ 5,5 milhões de contribuição previdenciária da LPS Brasil Consultoria de Imóveis. A autuação é referente a valores de PLR pagos nos anos de 2013 e 2014 a diretores não empregados (processo n 19515.720979/2017-1).

No caso, a empresa alegou que há previsão legal para isenção de contribuição previdenciária quando o pagamento de PLR se dá "de acordo com a lei". Mas, na prática, a manutenção do benefício acaba dependendo da análise do fiscal, segundo a advogada da empresa no caso, Mariana de Vito, do escritório Trench Rossi Watanabe.

"A lei [nº 11.101, de 2000] traz algumas especificações, mas a fiscalização, às vezes, tem uma interpretação mais restrita", diz Mariana. Em certo momento, acrescenta, a fiscalização passou a considerar que o PLR, para obter a isenção, só poderia ser pago a empregado.

Na defesa, a empresa alegou que a Constituição concederia imunidade para o pagamento de PLR a trabalhadores, assim como a lei. "Mas ainda que não se entenda que existe imunidade ou isenção não há fato que leve à cobrança de contribuição previdenciária porque o pagamento de lucro não é pagamento de remuneração", afirma a advogada.

Por maioria de votos, prevaleceu no julgamento o entendimento de que os diretores não se caracterizam como "empregados" e, por isso, não se encaixariam na previsão do artigo 2º da Lei nº 10.101, de 2000. O dispositivo prevê que a PLR será objeto de negociação entre empresa e empregados. Como o valor pago não segue o disposto na norma, a **Receita Federal** considera que ele integra o salário de contribuição, sofrendo a incidência de contribuição previdenciária.

A advogada da empresa diz que é necessário agora aguardar a publicação do acórdão para analisar se cabe recurso (embargos de declaração) para pedir esclarecimentos ou apontar omissões na decisão do **Carf** ou buscar o Judiciário.

De acordo com Alessandro Cardoso, sócio do Rolim Advogados, o tema é relevante para várias empresas e já tem um histórico controvertido no **Carf**. Até a composição de 2022, o entendimento era majoritariamente desfavorável ao contribuinte.

Na Justiça, acrescenta, não há tantos precedentes e a maioria é desfavorável. No Superior Tribunal de Justiça (STJ) e no Supremo Tribunal Federal (STF) também existem decisões contrárias. Contudo, Cardoso destaca que não há decisão do Plenário do STF - só de turma - e nem da 1ª Seção do STJ, que dá a última palavra em matéria tributária.

"Não tem uma análise mais profunda dos tribunais, em repetitivo ou repercussão geral. Não tem acórdão que tenha analisado com profundidade a tese. Ela ficou sempre muito centrada no **Carf**", afirma o advogado,

acrescentando que muitas empresas acabaram pagando a contribuição previdenciária exigida.

A própria Fazenda Nacional abriu uma linha de negociação (transação) para quem discutia PLR, segundo Cardoso. Para ele, as empresas precisam fazer uma avaliação de risco. "No caso, o risco de autuação é iminente, o **Carf** voltou a decidir de forma desfavorável e o Judiciário não tem precedente favorável no momento."

Na semana passada, vários casos de PLR foram julgados pelo **Carf**. Abordaram discussões diferentes da do PLR de diretores estatutários. Segundo Leandro Cabral e Silva, sócio do Velloza Advogados, os conselheiros também definiram que se um dos pontos para manter a tributação de PLR já é válido, os outros ficariam prejudicados e o caso não precisaria ser julgado.

A advogada Isabel Bueno, sócia do escritório Mattos Filho, lembra que essa desconsideração do PLR e tratamento como se fosse salário acaba deixando a verba em uma espécie de "limbo" para o trabalhador. Diferentemente do que acontece com o salário, lembra, o PLR desconsiderado não vai compor a base de benefício do trabalhador - não terá reflexos no FGTS, por exemplo.

Em nota ao Valor, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) informa que devem ser atendidos os pressupostos enumerados na Lei nº 10.101, de 2000. Além disso, que as decisões sobre o tema, por envolverem exame de aspectos fáticos, como documentos e práticas das empresas, variam conforme os casos concretos. Ainda segundo o órgão, mudanças na composição das turmas de julgamento podem resultar em diversidade de entendimentos.

Site:

<https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2023/03/30/contribuente-volta-a-perder-no-carf-tese-sobre-plr-de-diretor-estatutario.ghtml>

LIRA PROMETE REFORMA TRIBUTÁRIA 'JUSTA E POSSÍVEL'

DA REDAÇÃO REPÓRTER

Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara dos Deputados, afirmou ontem que o Congresso Nacional tem buscado uma **reforma tributária** "justa" e "possível", com o objetivo de não prejudicar os interesses municipais. A declaração ocorreu durante a Marcha dos Prefeitos, em Brasília.

"O assunto que ronda os corredores é a **reforma tributária**. Todos querem a **reforma tributária**, mas do seu umbigo. Queremos a reforma possível, uma reforma justa", disse Arthur Lira. "Uma reforma que não prejudique os interesses municipais, uma reforma que torne mais justa a distribuição de recursos", completou.

Arthur Lira voltou a se comprometer com a tramitação do texto da reforma até o fim do primeiro semestre deste ano.

PROPOSTAS PARA A REFORMA

O Congresso se debruça entre as Propostas de Emenda à Constituição (PEC) nº 45 e nº 110, de 2019. A primeira estabelece o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) duplo, diferenciando o que é federal e o que é estadual/municipal. Já a segunda cria o IVA Único, sem divisão.

O IVA, seja duplo ou único, substituirá o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto Sobre Serviços (ISS).

Site: <https://d.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=5957>

Para Fazenda, setor financeiro deveria ter tratamento diferenciado na reforma

Reforma Tributária Estevão Taiar De Brasília

O Ministério da Fazenda defende que o setor financeiro - incluindo bancos, mercado de capitais e seguradoras - tenha tratamento diferenciado na **reforma tributária**. Foi o que afirmou nessa quarta-feira o secretário de Reformas Econômicas da pasta, Marcos Barbosa Pinto.

"Todas as complexidades justificam a gente ter um regime especial para o sistema financeiro em geral", afirmou em audiência pública realizada pelo Grupo de Trabalho (GT) da Câmara dos Deputados que trata da reforma. "Isso não significa que a arrecadação gerada pelo setor financeiro vá ser menor. O objetivo é que ela se ja mantida. Mas é preciso ter um sistema especial para implementar na máxima medida possível o regime de não cumulatividade [de **impostos**] no setor financeiro sem perder arrecadação." Segundo ele, no modelo atual, o sistema financeiro "está repassando **tributos** para os consumidores de produtos financeiros e para as empresas".

"Mas as empresas não estão se creditando dos **impostos**", afirmou. "Isso encarece os custos de crédito para as empresas sem que elas possam tomar crédito na fase seguinte." A implantação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), no modelo proposto na reforma, geraria "crédito muito mais barato para todas as pessoas jurídicas", segundo afirmou. Entretanto, Barbosa disse que "o problema" no caso do setor financeiro "é medir o valor adicionado no caso de específico de cada operação". "As instituições financeiras não trabalham calculando margem de produto a produto, de operação a operação. Elas calculam isso de maneira agregada, estatisticamente", afirmou.

De acordo com o secretário, há quatro modelos principais usados no exterior para tributar o sistema financeiro por meio do IVA: europeu, neozelandês, australiano e sul-africano.

O Ministério da Fazenda acredita que "quem tem que dar a resposta" sobre o modelo a ser adotado é o Congresso Nacional. Mas, segundo o secretário, o modelo brasileiro "muito provavelmente vai envolver uma mistura" dos demais. Nesse caso, haveria pilares como: cobrança do IVA apenas sobre taxas explícitas e tarifas, sem cobrança sobre empréstimos

repassados de uma instituição para a outra, por exemplo; alíquota zero, em que não o IVA não é cobrado, mas as empresas têm direito a créditos tributários parciais.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187506?page=1§ion=1>

Projeções do mercado são pouco otimistas

Anais Fernandes e Marta Watanabe De São Paulo

Medidas fiscais já anunciadas ou planejadas pelo governo federal foram incorporadas parcialmente às expectativas fiscais de curto prazo dos agentes econômicos, mas incertezas em torno do novo arcabouço fiscal trazem divergência entre os planos do Executivo, de um rombo cadente e superávit até o fim do mandato, e o que o mercado espera.

Membros da equipe econômica do presidente Lula têm falado em um resultado primário (receitas menos despesas, exceto gastos com juros) negativo em cerca de 1% do **PIB** neste ano, zerado em 2024 e, daí em diante, superávits crescentes, ao redor de 0,5% em 2025 e 1% em 2026.

"Em tese, o arcabouço fiscal com desenho novo traria esse resultado primário positivo e crescente", diz Bráulio Borges, economista-sênior da LCA Consultores e pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre).

As projeções de consenso do Focus, no entanto, mostram outra coisa. A mediana das expectativas de mercado coletadas pelo Banco Central para o primário em 2023, que bateu 1,2% do **PIB** no início do ano, estava em 1,02% até sexta-feira. Para analistas, os agentes parecem ter comprado parte do pacote de medidas anunciado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em 12 de janeiro.

Olhando mais à frente, porém, o mercado está "muito pessimista", diz Borges. De acordo com a mediana do Focus, os déficits projetados são de 0,8% para 2024, 0,5% em 2025 e 0,28% em 2026, último ano do atual governo. "Ou seja, um resultado negativo em todo o mandato, embora cadente e convergindo a zero", afirma. "Os números mostram que o mercado parece não acreditar no compromisso do novo governo em levar as contas para o azul e estabilizar a dívida na segunda metade do mandato." O pacote anunciado por Haddad em janeiro incorporou expectativas que o mercado já tinha em suas contas, como a reoneração de combustíveis, diz Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da Ryo Asset. "A novidade, que parece que o mercado incorporou em parte, foi a receita esperada com a questão dos créditos de PIS/Cofins [com a retirada do ICMS da base de cálculo]", afirma.

O Itaú Unibanco, que tem uma projeção de déficit de 1,2% do **PIB** para 2023, não incluiu ainda nos

cálculos, por exemplo, receitas que podem vir do programa do governo para redução do litígio, explica o economista Pedro Schneider. O histórico mostra que iniciativas de refinanciamento das dívidas - embora não seja exatamente o que governo está propondo, pondera Schneider - costumam arrecadar em torno de 0,4% do **PIB** no primeiro ano.

"Acho que o Focus não coloca tudo na conta ainda pela incerteza", diz Schneider. Ele cita como exemplo quanto de fato o governo vai conseguir gastar dos quase R\$ 200 bilhões a mais autorizados na transição. "O ministro [Haddad] colocou uma meta de gastar R\$ 40 bilhões, R\$ 50 bilhões menos. Eu diria que o Focus pode variar de um déficit de 0,5% a 1% do **PIB** em 2023, dependendo dessas medidas. A nossa projeção pode ir a um déficit de 0,7% só pelo lado da receita e, se gastar R\$ 40 bilhões a menos, pode ser um déficit de 0,5% do **PIB**", estima.

Olhando para além de 2023 e pelo lado das despesas, as projeções dependem do que será apresentado hoje por Haddad como novo arcabouço fiscal, reforçam os economistas.

Na avaliação de Leal de Barros, as projeções piores do Focus mostram que o mercado espera uma regra fiscal mais frouxa. Dadas as preferências que o governo tem revelado - reajustes do salário mínimo e para servidores, ampliação das transferências de renda, aumento dos investimentos públicos e de despesas com saúde e educação etc - é difícil ter uma regra de crescimento da despesa abaixo de 2% ao ano em termos reais, diz.

"No cenário base, só haverá superávit se houver aumento de carga tributária. Não consigo ver hoje o Congresso topando esse jogo. Então, acabaremos com déficit por mais tempo", afirma.

Schneider concorda ao dizer que a mediana do Focus indo de um déficit de 1% do **PIB** em 2023 para 0,8% em 2024 indica que o mercado espera, por ora, mais ganhos de receita do que redução das despesas. "A melhora do primário é bem gradual." As projeções do Focus, ressalta Borges, mostram que o resultado primário irá zerar apenas em 2027 e ficará próximo disso em todo o mandato seguinte, chegando a 0,8% de superávit só em 2032. Ele salienta que não se sabe qual será a reação dos agentes quando a regra fiscal for anunciada, mesmo que o arcabouço traga parametrizações razoáveis. A reação do mercado é importante para o câmbio e seus efeitos em **inflação** e

política monetária, o que também afeta endividamento e atividade, lembra.

Borges ressalta que as projeções para este ano da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), disponíveis no Focus, convergem para 61% do **PIB** neste ano, depois de ter fechado em 57,8% do **PIB** em 2022. Para 2032, diz, o consenso aponta 74% do **PIB**. O nível máximo que se teve desse indicador até agora foi em 2020, de 61,4% do **PIB**.

A DLSP abarca as dívidas e créditos do governo federal e dos governos regionais, além de parte das empresas estatais e do Banco Central. A Dívida Líquida do Governo Geral (DLGG), métrica que Borges prefere, exclui a autoridade monetária e as estatais não dependentes. A evolução e dinâmica da DLSP, explica Borges, atualmente se aproxima bastante da DLGG. O parâmetro mais utilizado entre integrantes do mercado financeiro é a dívida bruta do governo geral (DBGG), que abrange apenas os débitos do governo federal, Estados e municípios.

O mercado, diz Borges, pode adotar uma postura de "ver para crer" e ajustar as expectativas somente conforme os resultados fiscais efetivos mostrarem melhoras.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187506?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187506?page=1§ion=1)**

Supersafra e exportações dão impulso ao PIB do agronegócio

Mauro Zafalon

Apesar de todos os entraves de abastecimento de insumos e de custos vividos pela agropecuária em 2022, e que ainda se estendem para este ano, o cenário para 2023 ainda é de rentabilidade para o produtor.

Os preços das commodities estão em queda, mas a indicação de uma supersafra e a boa participação brasileira no mercado externo compensam a retração dos preços.

A agropecuária é sempre feita de esperanças -que, muitas vezes, não se confirmam. Porém, há uma confirmação neste ano que indicará números robustos para o setor.

A safra de grãos, se o clima ajudar, atingirá 310 milhões de toneladas, o que vai gerar ganhos de R\$ 1,25 trilhão para os produtores dentro da porteira, conforme estimativas do Ministério da Agricultura para o VBP (Valor Bruto da Produção).

Esse bom cenário no campo elevará o **PIB** (Produto Interno Bruto) do setor, importante na movimentação da economia, e permitirá novos avanços na balança comercial do agronegócio.

No entanto, o desempenho brasileiro depende também do mercado externo.

A demanda continua consistente, mas juros altos, **inflação** elevada e ritmo mais lento da economia mundial poderão afetar tanto a procura como os preços dos alimentos.

Após um período de desarranjo dos valores, da produção e do intercâmbio comercial internacional, o mercado está mais ajustado neste ano.

Os fundos de investimentos, porém, com aversão a riscos, participam menos do setor de commodities agrícolas, o que ajuda a desaquecer ainda mais os preços internacionais.

A China, principal parceira do Brasil na área, vive uma situação diversa em relação a anos anteriores. Com grande necessidade de matérias-primas, os asiáticos se aproximaram dos russos.

O acesso chinês a insumos mais baratos no mercado russo é conveniente, mas a China é dependente de vendas para os mercados dos Estados Unidos e da Europa, atualmente no lado oposto dessa guerra no Leste Europeu.

Se matérias-primas mais acessíveis são importantes para o crescimento da economia do país asiático, os efeitos dessa posição podem interferir no comércio internacional.

Dentro desse contexto, é importante avaliar que o desempenho da economia chinesa interfere nas exportações brasileiras, afirma Andreia Adami, pesquisadora e analista do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada).

A pesquisadora acredita ainda no crescimento das exportações do agronegócio brasileiro, mas não em um ritmo tão acelerado como o dos últimos anos.

Em 2000, as exportações brasileiras do agronegócio somaram US\$ 101 bilhões (R\$ 518,4 bilhões), volume que subiu para US\$ 120,5 bilhões (R\$ 618,5 bilhões) em 2021 e atingiu US\$ 159 bilhões (R\$ 816,12 bilhões) no ano passado. O crescimento foi de 58% nos dois últimos anos.

O Brasil terá alguns pontos fortes no setor externo neste ano, principalmente com soja, milho e carnes. A disponibilidade de produtos para a exportação será maior, embora os preços estejam mais baixos, afirma Adami.

Só as exportações do complexo soja (grãos, farelo e óleo) deverão atingir US\$ 66 bilhões neste ano, nos cálculos da Abiove (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais). O setor representou 38% das vendas externas do agronegócio em 2022, segundo a Secex (Secretaria de Comércio Exterior).

O **PIB** da agropecuária melhora, mas depende de quem faz essa avaliação. O crescimento poderá ser de 11,6% segundo o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas). Em 2022, houve queda de 1,7%.

De acordo com avaliação do Cepea, porém, não há motivos para grande otimismo com a evolução desse

indicador em 2023.

Não há contradição entre as avaliações. Com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o Ipea acompanha a produção dentro da porteira e considera apenas o volume conseguido pelos produtores no período. E, neste ano, a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) espera um excelente volume de produção.

A previsão de crescimento do Ipea para o **PIB** da produção vegetal é de 14,2% neste ano. O da pecuária fica em 0,8%.

Já a pesquisa de **PIB** feita pelo Cepea em convênio com a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) engloba todo o agronegócio.

Além da produção de dentro da porteira e dos preços das mercadorias, leva em consideração todo o agronegócio, incluindo insumos, agroindústria e agrosserviço.

Nicole Rennó, pesquisadora do Cepea, afirma que, embora a safra tenha boas perspectivas, o crescimento não deve ser impactante no resultado final do **PIB**.

Os componentes desse indicador dependem de demanda, que está fraca, e da evolução da economia nacional, que está lenta e sob o efeito de uma **inflação** elevada.

Para Bruno Lucchi, diretor técnico da CNA, a agropecuária tem vários pontos favoráveis neste ano. O clima, à exceção de algumas áreas do Rio Grande do Sul, é um deles e tem ajudado a produção nacional.

Os custos de produção estão mais favoráveis, embora ainda em patamares superiores aos da média dos anos anteriores.

Os fertilizantes, após o pico de preços em maio do ano passado, têm queda. Começaram o ano com uma redução próxima de 30%, em relação aos valores de janeiro de 2022. Os preços atuais ainda superam os do período anterior à invasão da Ucrânia pela Rússia.

A safra é boa, mas os preços das commodities caem. Os valores de março da soja, do milho e da arroba de boi gordo têm retração de 20% neste mês, em relação aos de março de 2022, afirma Lucchi.

Essa redução dos preços vai gerar uma renda menor para os agricultores, principalmente porque não há fundamentos para uma recuperação das commodities.

Os produtores encontram dificuldades também com o

crédito neste ano. Os juros estão elevados, e o custo do dinheiro supera 20%. Juros altos, safra com custos de produção elevados e commodities em queda freiam os investimentos no setor, segundo Lucchi.

Neste ano, os produtores estão preocupados também com a **reforma tributária**. A proposta atual não dá garantia de que o agronegócio vai ter taxas diferenciadas. O setor não quer subsídio, mas alíquotas diferentes, afirma o diretor.

A evolução do agronegócio vem elevando o número de trabalhadores no setor. No ano passado, a população ocupada era de 19 milhões, número que deverá ser mantido neste ano.

Os dados são do Cepea e mostram uma recuperação do quadro de funcionários após a pandemia. Em 2020, o número tinha recuado para 17,5 milhões.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/03/supersafra-e-exportacoes-dao-impulso-ao-pib-do-agronegocio.shtml>

Empresas de capital aberto vão levar estudo ao governo para questionar multa fiscal de 150%

Painel S.A.

Em meio ao aquecimento da discussão tributária, a Abrasca (associação que reúne as maiores companhias de capital aberto do país) vai levar às autoridades um novo estudo da FGV que aponta como cresceu na última década o volume de multas qualificadas, aquelas que chegam a 150% do tributo devido e são aplicadas em casos de fraude ou dolo.

De acordo com o material, a participação das multas qualificadas no total de penalidades aplicadas subiu de 10% em 2011 para 17% em 2019.

Pablo Cesário, presidente-executivo da Abrasca, afirma que o estudo também aponta alto grau de subjetividade do Fisco na aplicação das multas qualificadas e que o modelo brasileiro não segue padrão internacional. Segundo ele, grande parte das penalidades adotadas com critério subjetivo acaba sendo cancelada quando as multas são contestadas pelas empresas no **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)** e na Justiça.

Ainda conforme o estudo, lançado em Brasília nesta semana, entre 2011 e 2019, a aplicação de multa qualificada cresceu 70% em quantidade e 112% em valor, enquanto as multas tradicionais avançaram 10% no mesmo período.

"As multas menos objetivas, feitas com critérios subjetivos, que são as qualificadas, cresceram em maior proporção. E o estudo mostra que em outros lugares do mundo essa subjetividade não existe. Nosso sistema tributário multa muito e multa mal. Isso gera custos para as empresas, que têm de recorrer, mas também gera um problema maior, porque o sistema não penaliza aquele que é o devedor contumaz e que usa o não pagamento de **impostos** como modelo de negócio, prejudicando a competitividade dos outros contribuintes", diz Cesário.

Segundo Cesário, o estudo deve ser levado ao governo e ao Congresso. Ele afirma que, no Brasil, a impressão do fiscal conta mais do que em outros países avaliados pelo estudo, cujo comparativo abrange modelos de Estados Unidos, França, Reino

Unido e outros.

"No México, por exemplo, a multa qualificada é direcionada aos reincidentes que cometeram aquele comportamento por mais de dois anos. E a penalidade é de 100% do tributo", diz o presidente da Abrasca.

Dentro do governo, a avaliação é que existe disposição para discutir o tema, mas a comparação com o resto do mundo deve abranger mais critérios, passando pelo endurecimento da penalização com prisão de fraudadores.

Joana Cunha com Paulo Ricardo Martins e Diego Felix

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2023/03/empresas-de-capital-aberto-vao-levar-estudo-ao-governo-para-questionar-multa-fiscal-de-150.shtml>

Voo a R\$ 200 não funcionará se outros tiverem que pagar mais, diz CEO da Azul

Fábio Pupo

O presidente-executivo da Azul, John Rodgerson, afirma que o plano do governo para oferecer passagens aéreas a R\$ 200 para determinados grupos pode fazer sentido desde que os demais passageiros não paguem a conta.

Ele defende, no entanto, que as tarifas aéreas consideradas elevadas atualmente sejam atacadas com um esforço mais amplo de redução de custos para as empresas -incluindo uma revisão da política de preços da Petrobras.

"Dizer que queremos uma tarifa mais baixa seria mentira", afirma à Folha. "Quero uma tarifa que cubra nossos custos. E, se nossos custos ficarem mais baratos, é mais fácil ter [passagem] mais barata", afirma.

Ele diz que os valores atuais são impulsionados pelo preço do querosene de aviação e defende analisar os resultados da Petrobras para saber quem deve ser considerado culpado..

"Olhe nosso balanço e olhe o balanço da Petrobras. Quem é o vilão da história?", questiona. "Olhe no ano passado quanto eles ganharam e quanto eu perdi", afirma.

A Azul teve prejuízo de R\$ 722 milhões em 2022, impactada pelo aumento de 112% do preço do combustível em relação a antes da Covid-19. Em comparação, a Petrobras teve no ano passado um lucro de R\$ 188 bilhões -o maior na história das empresas brasileiras.

"Estou sendo cobrado porque cobro o preço da passagem. As pessoas não estão vendo que o preço do combustível dobrou para nós. Mas o custo da Petrobras dobrou? Não dobrou", afirmou.

Ele diz que a estatal aplica uma política de preços sobre sua produção nacional que inclui valores com fretes marítimos e outros itens -como se o combustível fosse todo importado. A crítica é feita também pelo novo presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, que já afirmou em diferentes ocasiões que pretende mudar a prática.

"Quando o preço do combustível cai, posso botar mais oferta no mercado", afirma Rodgerson. "Mas quando o custo é muito alto, eu restrinjo a oferta para ter uma demanda mais alta e um preço acima do nosso custo", diz.

Rodgerson diz que as conversas iniciais sobre o plano de passagens a R\$ 200, anunciado sem muitos detalhes pelo ministro Márcio França (Transportes) neste mês e debatido em um grupo de trabalho com representantes das empresas e do governo, fazem sentido. Mas, afirma, ainda é preciso checar se o plano é viável na prática.

"A questão é como fazer isso de maneira que não seja como a meia-entrada no cinema, com as outras pessoas pagando mais caro por isso", afirma. "Tem que ter certeza que é viável e não subsidiado [pelos demais], porque [caso contrário] o público não vai gostar. Tem que ser uma coisa que funcione para todo mundo".

Ele sugere que a proposta atenda a um conjunto de diretrizes para ir adiante. Entre elas, que seja restrita a voos de baixa temporada, para pessoas que comprem com antecedência, voltada a assentos vazios e que seja usada por passageiros que não viajariam sem o programa.

As conversas em Brasília também incluem tentar convencer o Congresso a transformar em lei o corte tributário de PIS/Cofins para o setor feito no apagar das luzes do governo de Jair Bolsonaro (PL) por meio de uma MP (medida provisória).

Essa medida é vista por ele como mais importante do que a isenção de **tributos** federais sobre o querosene de aviação adotada em janeiro e que valerá por quatro meses. "Acho que o Congresso está assustado com os preços das passagens. Não estamos lucrando, estamos perdendo dinheiro", diz.

Na **reforma tributária**, ele demanda um tratamento diferenciado para o setor -na contramão do que defende o Ministério da Fazenda, que defende um texto o mais homogêneo possível e com o mínimo de exceções.

Ele cita entre os motivos para a brecha a concorrência internacional. "Tenho um voo que sai hoje à noite de

São Paulo para Orlando", exemplifica. "Todos esses caras [concorrentes estrangeiros que disputam passageiros na rota] são subsidiados pelo governo deles, [e também] pagam juros mais baixos e combustível mais baixo", diz.

"Não quero subsídio do meu governo aqui, a única coisa que quero é concorrer de igual para igual", diz. "Então, na **reforma tributária**, nosso setor tem que ser pensando de forma diferente", afirma.

Segundo ele, hoje o brasileiro viaja de avião muito menos que os vizinhos da região devido aos altos custos. "O brasileiro voa um terço do que o chileno voa", diz, acrescentando que a discrepância ocorre em relação a países como Colômbia e México.

Para Rodgerson, as discussões sobre o projeto do trem-bala ligando São Paulo e Rio não faz parte da agenda do setor. Embora tenha potencial de aumentar a concorrência nas modalidades de transporte entre os dois estados -o que forçaria uma redução de tarifas aéreas, por exemplo-, o projeto é visto com ceticismo pelo executivo.

"Estou há 15 anos aqui [no Brasil] e há 15 anos ouço falar em projeto do trem-bala", afirma.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/03/voo-a-r-200-nao-funcionara-se-outros-tiverem-que-pagar-mais-diz-ceo-da-azul.shtml>

Lira diz que reforma tributária não pode prejudicar municípios

(Reuters) -O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse nesta quarta-feira que a **reforma tributária** não deve prejudicar os interesses dos municípios e que a discussão da matéria é prioridade para a Casa no primeiro semestre deste ano.

A Confederação Nacional dos Municípios tem enriquecido esse processo... É nesse objetivo uma reforma de modo a não prejudicar os interesses municipais. Uma reforma que torne mais justa a distribuição de recurso entre os municípios, disse Lira em discurso na 24ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, na capital federal.

Lira afirmou que deseja que os municípios participem da discussão, que deve ser ampla, sincera e franca, e que a votação de uma proposta de **reforma tributária** é prioridade para a atual Legislatura no primeiro semestre deste ano.

A Presidência da Câmara e os deputados envolvidos na discussão da reforma estão empenhados para que a proposta seja votada em (sessão) plenária com a maior brevidade possível. A **reforma tributária** é compromisso primordial da Câmara dos Deputados neste primeiro semestre, acrescentou.

O presidente da Câmara ainda disse que o objetivo é votar uma proposta que tenha consenso amplo para que seja aprovada no Congresso.

Todo mundo defende e quer a **reforma tributária**, mas todo mundo quer a **reforma tributária** do seu umbigo. Nosso maior desafio nesse tema é fazer com a gente tenha uma **reforma tributária** possível nesse momento para minimizar problemas, disse o deputado.

Em discussão há anos no Legislativo, o tema da **reforma tributária** atualmente é abordado em duas Propostas de Emenda Constitucional (PEC) que aguardam votação: a PEC 45, na Câmara, elaborada pelo atual secretário extraordinário da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernardo Appy, e a PEC 110, no Senado.

A PEC 45 prevê a criação de um único imposto sobre bens e serviços nos âmbitos federal, estadual e municipal. Já a PEC 110 prevê uma tributação dual:

um imposto sobre o valor agregado para a União e outro para os demais entes da Federação.

No mês passado, Lira instituiu um grupo de trabalho para discutir a **reforma tributária** na Casa, cuja aprovação é um dos objetivos principais do governo federal para este ano.

De acordo com o relator do grupo, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), a previsão é de divulgar um texto com a conclusão dos debates em 16 de maio.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/lira-diz-que-reforma-tributaria-nao-pode-prejudicar-municipios,6be63ebc327b28a462f06ae79528d6b394lbmdqq.html>

Artigo: Por que a indústria precisa da reforma tributária?

Gino Paulucci Jr

De acordo com um levantamento do Yahoo Finanças sobre os países que mais cobram imposto no mundo, quem lidera o ranking é a Dinamarca, com uma carga tributária que corresponde a 45,2% do Produto Interno Bruto (**PIB**); outro país escandinavo, a Finlândia aparece em segundo lugar com 44%; na sequência estão a Bélgica, com 43,2%, a França com 43% e, fechando o top 5, a Itália com 42,6%. O Brasil ocupa uma posição bem abaixo na lista dos 30 maiores cobradores de **impostos** do mundo, com uma carga tributária média de 33,9%, uma vez que, enquanto a indústria, de acordo com a CNI, tem uma carga tributária de 46,2%, serviços têm 22,1%.

No entanto, ao contrário dos demais, o país tem o menor Índice de Retorno de Bem-Estar à Sociedade (Irbes). Ou seja, é o que menos transforma esses **tributos** em benefício para a população. No Brasil, há diversos **impostos** sobre bens e serviços e todos eles com uma série de problemas, reflexo de legislação extremamente complexa, cumulativa, muitas restrições a créditos, entre outros fatores. Eles trazem como consequência elevados custos de cumprimento de obrigações acessórias, insegurança jurídica, encarecendo os bens, prejudicando investimentos, competitividade, desenvolvimento econômico e bem-estar social.

É indispensável simplificar o atual sistema tributário, reduzindo os custos administrativos, desonerando os investimentos produtivos e as exportações, tornando automática a compensação ou devolução de créditos tributários, eliminando os **impostos** não recuperáveis embutidos nos bens e serviços, eliminando a tributação de insumos industriais, extinguindo regimes especiais e isenções de qualquer espécie, desonerando a folha de pagamento e aumentando o prazo de recolhimento de **impostos** e contribuições.

A discussão em torno de uma **reforma tributária** para mudar o complexo e caro sistema atual ocorre no Brasil há pelo menos três décadas, mas nenhuma proposta conseguiu o apoio conjunto dos setores produtivos e de estados e municípios. No Congresso Nacional, duas propostas assumiram o protagonismo na última legislatura: a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45, em tramitação na Câmara dos Deputados, e a PEC 110, que está no Senado. Ambas

as propostas têm como principal objetivo simplificar e racionalizar a tributação sobre a produção e comercialização de bens e a prestação de serviços. Elas também extinguem vários **tributos** e unificam os restantes em um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), adotado na maioria dos países desenvolvidos.

A diferença é que, na PEC 45, o IVA seria compartilhado entre União, estados e municípios, enquanto na 110, o IVA seria dual: um para a União e outro para os entes subnacionais. O IVA dual proposto na PEC 110 é um modelo de tributação de padrão mundial, tem o potencial de modernizar e simplificar o atual sistema tributário brasileiro. Prevê cobrança nas diversas etapas do processo de produção e comercialização, em todas garantindo o direito ao crédito correspondente ao imposto pago na etapa anterior. As exportações e os investimentos serão totalmente desonerados e as importações tributadas de forma equivalente à produção nacional.

Promoverá, portanto, redução importante da cumulatividade, tornando o processo transparente, menos oneroso, beneficiando a competitividade das empresas brasileiras nacionais frente aos concorrentes internacionais, acelerando o crescimento do país. Estudos de impacto divulgados indicam aumento do **PIB** potencial do Brasil de 20% em 15 anos em razão, principalmente, do aumento da produtividade e dos investimentos ao longo do período.

Ademais, ao contrário do que se afirmam, beneficiará inclusive a maior parte do setor de serviços. Cerca de 80% das empresas prestadoras de serviços operam sob o regime Simples Nacional ou MEI, regimes que serão preservados pela PEC e outras muitas prestam serviço para empresas e darão direito a crédito. Atividades essenciais como saúde e educação terão tratamento especial visando preservar o poder de renda das famílias. O país precisa urgentemente da aprovação da **reforma tributária**, não só para corrigir distorções da indústria, mas também promover o crescimento do país com mais justiça social.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio ,

uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/opiniao/2023/03/5083597-artigo-por-que-a-industria-precisa-da-reforma-tributaria.html>

Reforma vai mostrar como carga é alta, diz Lisboa

Por Alex Ribeiro - De São Paulo

29/03/2023 05h00 Atualizado há 3 horas

O economista Marcos Lisboa, afirma que a proposta de **reforma tributária** é neutra do ponto de vista da carga tributária, mas deverá explicitar o alto volume de **impostos** pago pelos contribuintes. "Você pode não gostar da notícia", afirma Lisboa. "Mas o problema já é antigo."

Um dos arquitetos da agenda de reformas microeconômicas do primeiro governo Lula, Lisboa diz que a adoção de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) na **reforma tributária** deverá tornar mais transparentes aumentos de **impostos** para ampliar gastos ou equilibrar as contas públicas.

Tem uma tradição no Estado brasileiro de usar a criatividade para arrecadar mais"

Hoje, segundo ele, o governo usa atalhos, como mudar a regulamentação e a interpretação administrativa sobre a incidência de **impostos**. "A vantagem de ter um IVA é você tornar um debate democrático e transparente", diz Lisboa, que foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda. "Quer aumentar a arrecadação? Passa a alíquota de 25% para 28%."

Lisboa diz, em entrevista ao Valor, que boa parte das críticas ao IVA vem do desconhecimento das propostas e da experiência internacional, além do receio de alguns segmentos de perderem benefícios. "O que não se percebe é que a soma desses milhares de benefícios é um sistema disfuncional em que você paga muito imposto, de outras formas."

Se em vez de desonerar a cesta básica eu cobro tributo e repasso dinheiro ao Bolsa Família, a desigualdade cai 12 vezes "

O receio de eventuais altas de alguns preços com maior visibilidade, como alimentos, num ambiente de **inflação** ainda muito alta, não deveria impedir a aprovação da **reforma tributária**. "Se deixarmos a política de longo prazo ser comprometida pela conjuntura, não vamos sair do lugar", afirma Lisboa. "Vamos continuar sendo um país de baixo crescimento."

Abaixo, os principais trechos da entrevista.

Valor: O governo está colocando a **reforma tributária** como a grande alavanca do crescimento. Não seria um exagero?

Marcos Lisboa: Essa é uma das reformas essenciais para o Brasil ter crescimento mais normal em comparação com o mundo. O Brasil é um país que empobrece há 40 anos. Desde o Plano Real até o começo da crise na década passada, os países emergentes fora da América Latina - Vietnã, Malásia, Tailândia, Índia, China, Leste Europeu - cresceram 127% no seu **PIB** per capita. Os Estados Unidos cresceram 48%, a OCDE cresceu em torno de 35%. O Brasil cresceu 18%. Crescemos muito menos que os países emergentes e até que os desenvolvidos. O Brasil tem problemas graves que estão levando nossa economia a ficar para trás em relação ao resto do mundo. E o tributário é um deles. É uma reforma de longo prazo. Claro que tem impacto, se aprovada, porque melhora a expectativa sobre a economia, mas tem impacto no longo prazo.

Valor: E por que a **reforma tributária** é tão importante para o crescimento da economia?

Lisboa: Os contenciosos tributários no Brasil chegam a 75% do **PIB**, somando o administrativo e judicial. Só o administrativo representa 15% do **PIB**. Os dados mais recentes para os países da OCDE são de 0,28% do **PIB**. O Brasil é um caso à parte do mundo, mesmo na comparação com a América Latina. É disfuncional. Tem um custo muito óbvio, que eu não acho o principal, de um batalhão de advogados tributaristas e de estruturas para entender como paga, quanto não paga, as provisões no balanço das empresas. E tem uma segunda parte, mais sutil, que é mais importante, que é o que levou grande parte do mundo para o IVA. Por que adotaram o IVA? Olhando o imposto de consumo, o que seria ruim para o país é se induzisse as empresas, simplesmente para pagar menos **impostos**, a escolherem tecnologias piores, modos de organização da produção ou portfólio de produtos mais ineficientes, que contribuem menos para o crescimento. O que você não quer é que a tributação sobre consumo distorça o que é socialmente ótimo as empresas fazerem. E isso acontece no Brasil. As empresas fazem essas contas. O aspecto tributário é

tema de qualquer conselho relevante na empresa. É importante também porque os preços dos bens e serviços são muito distorcidos. Alguns insumos ficam muito mais caros do que deveriam ser, outros ficam muito mais baratos, algumas máquinas ficam muito mais caras.

Valor: Como a **reforma tributária** ajuda a resolver esse problema?

Lisboa: O IVA é um imposto muito simples, que não gera contencioso, concebido 50 anos atrás exatamente para não fazer isso. É um imposto essencialmente sobre o consumo final, que você vai arrecadando um pedacinho desse imposto a cada etapa do processo de produção. Muito fácil. Pega a nota fiscal de tudo que você vendeu, menos a nota fiscal de tudo que você comprou, e paga uma alíquota única. Você pode mostrar que, cobrando desta maneira, é a uma alíquota sob consumo igual para qualquer decisão de consumo. Você não gera essas distorções que eu mencionei. Ele é um imposto no destino, jamais da origem. Não tem muita disputa.

Valor: Esse volume de contenciosos não seria uma coisa cultural brasileira? Vai ser uma lei nova que vai resolver tudo?

Lisboa: Acho que é problema da lei. O Brasil teve uma concepção do sistema tributário que leva a esse contencioso. É muito difícil saber qual imposto pagar, inclusive. No Brasil, tem o chamado crédito produtivo, que é uma invenção à brasileira. Você pode deduzir tudo o que entrou diretamente na produção. Mas o que entrou diretamente na produção? Aí começa a controvérsia. O marketing é parte do negócio ou não? Vai gerando um contencioso gigantesco. Um segundo aspecto: você tributa por tipo de produto, o que não é o normal do resto do mundo. O imposto de consumo é o imposto sobre a decisão de consumir. No Brasil, você faz sobre o tipo de produto. Definir um tipo de produto é muito mais complicado do que parece. O banquinho é um banquinho ou uma mesa de cabeceira? A barra de cereal com chocolate é barra de cereal ou é chocolate? Com essa complexidade, gera essas imensas disputas contenciosas. A jurisprudência no Brasil é muito fluida. O tribunal administrativo [o **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, Carf**], ainda mais com o voto de qualidade da Receita, vai mudando a interpretação da norma. O IVA é um imposto exatamente desenhado para não ter os problemas que temos hoje.

Valor: O Brasil discute a **reforma tributária** há décadas. Há agora um ambiente político diferente para aprová-la?

Lisboa: Primeiro, tem muito desconhecimento. Não

temos o hábito de discutir política pública fazendo comparações com as melhores práticas dos demais países e com base nos estudos com microdados. Tem muito desconhecimento sobre o que é o IVA. Existem muitos trabalhos aplicados sobre IVA, são 50 anos de discussão, de melhorias, de aperfeiçoamentos nos demais países. No começo da implantação do IVA, alguns países adotaram algumas exceções. Agora, cada vez menos tem exceções no IVA. Alguns países não têm exceção, é alíquota única para todo mundo. Há alguns casos um pouco mais difíceis, como construção civil. Mas o que eu vejo é que existe muito desconhecimento, inclusive no setor privado, sobre o que é um IVA. E aí tem um uma reação muito grande.

Valor: O que motiva essas reações?

Lisboa: Uma característica do Brasil, da nossa disfuncionalidade, é que o Estado concede uma multiplicidade de pequenos benefícios em diversas áreas. Você paga um pouco menos de IPI, você não paga PIS/Cofins. Cada um tem uma alíquota diferente, uma regrinha especial, que adiciona a essa complexidade, a essas brigas todas. Na hora que você vai fazer uma reforma como essa, que vai criar um padrão único igual para todo mundo, republicano, que é mais eficiente, cada grupo levanta e fala: "Veja bem, e o meu benefício?". O que não se percebe é que a soma desses milhares de benefícios é um sistema disfuncional em que você paga muito imposto, de outras formas. Muitas vezes o imposto está escondido no preço do que você compra. Você fica num dilema dos prisioneiros, em que todo mundo prefere perder.

Valor: Como a proposta de reforma vai resolver esse impasse?

Lisboa: A reforma imaginada pelo Bernard [Appy] e pela Vanessa [Canado] é muito inteligente. Para ajudar a reduzir esse receio, é progressiva, tem um período de experiência. Você vai ajustando, ano após ano. Exatamente para tirar esse receio do que vem de quem prefere não mudar.

Valor: Essa reforma está madura para ser aprovada? No caso da Previdência, a reforma só foi aprovada quando havia um maior consenso entre quem perdeu direitos.

Lisboa: Acho que a Previdência demorou tempo demais. O Brasil pagou um preço alto ao demorar tanto para fazer uma reforma que o resto do mundo fez no fim dos anos 1990, começo dos anos 2000. Não será sem custo ter demorado tanto. Sobre a **reforma tributária**, vejo que a avaliação do setor privado avançou, mas ainda tem essa combinação de desconhecimento e receio. E tem as propostas dessa nossa criatividade destruidora típica no Brasil, como

algum imposto sobre movimentação financeira. Ou dizer que serviço não pode pagar com os outros. Vem do desconhecimento.

Valor: Mas não vai ter uma mais taxaço sobre os serviços?

Lisboa: Os serviços para a indústria, com a reforma, vão passar a gerar crédito. Os serviços vão custar muito menos para a indústria. O que vai pagar mas são os serviços para o consumo. Segundo, afirma-se que as cidades vão perder. A imensa maioria das cidades vai se beneficiar. Algumas poucas cidades, grandes e mais ricas, sim. A maioria dos Estados pobres vai se beneficiar. Dizem que os pobres vão pagar mais, não é verdade, as estimativas não indicam isso. Não indicam que essa reforma é regressiva. Ela vai explicitar o tributo alto que já se paga no consumo, que é disfarçado. No Brasil, tem um pecado original, que é a maneira como o sistema foi desenhado lá atrás e abre espaço para essas disfuncionalidades. Tem a captura por pequenos grupos de interesse, mas também tem a maneira como o Estado brasileiro aumenta a arrecadação. Não é uma maneira clara. Em geral, vai aumentando por meio de atalhos. Cria uma nova interpretação. Diz, veja bem, o fundo de pensão tem que pagar, sim. E você não sabia que tinha que pagar de outra maneira o que estava pagando. Vai criando **impostos** regulatórios que, na prática, são arrecadatários, como o IOF. Tem uma tradição no Estado brasileiro de usar a criatividade para arrecadar mais. Isso compõe também o quadro dessa complexidade do sistema tributário brasileiro. E do contencioso que as firmas carregam em seus balanços que você não vê em outros países.

Valor: O governo está contando com a arrecadação para melhorar o resultado fiscal. Esse ambiente é adequado para uma **reforma tributária**?

Lisboa: Essa reforma da PEC 45 quer manter a carga tributária no nível que está hoje. Ela vai explicitar o que a gente já paga, e você pode não gostar da notícia. Mas o problema já é antigo. A ideia é não ter aumento, e há uma série de mecanismos para evitar que tenha aumento. Essa maneira tradicional que foi feito o aumento da arrecadação no Brasil, sem um olhar os princípios básicos do regime tributário, criando interpretações mudando a jurisprudência, é muito disfuncional para o país. Você pega o histórico de decisões do **Carf**, como eles vão mudando ao longo do tempo. Coisas que eram pacíficas deixam de ser. Contribui para esse quadro caótico do sistema tributário nosso. A vantagem de ter um IVA é você torna um debate democrático e transparente. Quer aumentar a arrecadação? Passa a alíquota de 25% para 28%.

Valor: Como ficam as isenções que são voltadas para proteger os mais pobres, como no caso dos preços dos alimentos?

Lisboa: É muito mais eficaz fazer política pública via gasto público do que por meio de regras de tributação sobre consumo. Desonerar a cesta básica é meio caótico. O que é a cesta básica? Peixe entra? Entra. E salmão? Salmão é peixe, mesmo que seja um salmão sofisticado. É a velha questão de tentar definir por produto. E a desoneração vai para o rico e para o pobre. O Ministério da Fazenda fez um trabalho em que fez o contrafactual: o que acontece se, em vez de desonerar a cesta básica, eu cobro **tributos** da cesta básica e transfiro o dinheiro que arrecado para o Bolsa Família. A desigualdade cai 12 vezes mais. Você consegue focalizar muito melhor os recursos. É como o Bolsa Família, é muito melhor, você transfere direto o dinheiro para as famílias mais pobres e elas decidem como alocar.

Valor: Hoje os bancos centrais no Brasil e no mundo estão lutando contra uma **inflação** muito alta. Mexer com a tributação de serviços, alimentos não cria mais um constrangimento num período já complicado?

Lisboa: Se deixarmos a política de longo prazo ser comprometida pela conjuntura, não vamos sair do lugar. Vamos continuar sendo um país de baixo crescimento. Lembro que, quando fazíamos as reformas do crédito, em 2003, com consignado, mudança na alienação fiduciária de automóveis, patrimônio de afetação, lei de falências, tinha esse debate. Diziam que estávamos numa fase de aumentar juros, no Banco Central, e essa agenda de reformas reduzia os juros. Mas a gente dizia que essa redução é um ganho de eficiência para a economia. O banco não perdeu, o cliente ganhou porque está pagando juros mais baratos, o crédito cresceu. Esse é um ganho permanente para o país. O país está melhor. Outra coisa é a gestão da política monetária de curto prazo para controlar a **inflação**. Você vai calibrar a política monetária adequadamente.

Valor: Um dos argumentos do setor de serviços é que são intensivos de mão de obra, e a taxaço no trabalho já é muito alta. Faz sentido esse argumento?

Lisboa: Uma coisa é a tributação sobre o consumo. Se for uniforme, é melhor para o país. Uma outra discussão, que é diferente dessa, é que o Brasil tem alíquotas altas sobre o trabalhador formal com carteira assinada. Será que é o caso de mudar isso? Tem propostas muito antigas, de 20 anos atrás, como tirar a contribuição do **INSS** sobre o primeiro salário mínimo de todo mundo. Óbvio que quem tem um salário muito alto vai pagar mais. Vai induzir formalização.

Valor: O presidente Lula tem falado em colocar o pobre no Orçamento e o rico no Imposto de Renda. Esse seria o caminho?

Lisboa: O problema é que, na hora de implementar isso, as pessoas repetem vários erros e velhos preconceitos. Entrando no Imposto de Renda, o ideal é combinar os princípios. Famílias parecidas com o mesma renda deveriam pagar o mesmo imposto. Famílias mais ricas deveriam pagar mais imposto. O problema no Brasil é que a gente gosta do atalho. Em vez de analisar a renda das pessoas individualmente e tributar conforme a sua renda, inventamos esse mecanismo muito forte, numa escala muito maior, de tributar por tipo de empresa. Assumimos, meio implicitamente, que a empresa grande tem acionista grande, e empresa pequena tem acionista pequeno. O que não é verdade. Por exemplo, fundos de pensão, que pagam as aposentadorias, com frequência estão investindo em empresas de capital aberto. É uma classe média que recebe aquela renda. O ideal seria você, primeiro, reduzir a tributação do lucro real na pessoa jurídica. É mais um mito do Brasil, de que lucros dividendos não pagam **impostos**. Dividendo é o lucro distribuído, que já pagou o imposto. A Receita prefere cobrar tudo da pessoa jurídica. Só que eu não sei, pelo tamanho da empresa, se o sócio é rico ou não.

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/03/29/reforma-vai-mostrar-como-carga-e-alta-diz-lisboa.ghtml>

Governo tenta convencer prefeitos por apoio a reforma tributária

Michelle Portela

Os representantes do governo tentaram tranquilizar os prefeitos reunidos, ontem, na 24ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, para a **reforma tributária** que o Palácio do Planalto pretende apresentar, no segundo semestre. Coube, porém, ao ministro Fernando Haddad, da Fazenda, a principal argumentação: enfatizou o consenso entre os 27 governadores como um elemento facilitador da aprovação da matéria no Congresso.

Queremos uma consolidação de dignidade federativa, pela qual cada município pode fazer frente às suas necessidades. Não é uma questão de governo, mas uma necessidade, observou.

Segundo Haddad, a reforma está sendo formulada com uma regra de transição de 20 anos, com a expectativa de impacto de 10% sobre o Produto Interno Bruto (**PIB**) a ser percebida já no primeiro período depois da aprovação da proposta. O ministro afirmou que, uma vez simplificado o formato de cobrança de **impostos**, haverá impacto direto no sistema jurídico - que, conforme disse, é o mais caro do mundo, pois 40% dos processos em tramitação são relacionados a disputas tributárias.

O vice-presidente da República e ministro da Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, também se juntou na tarefa de dizer o que os prefeitos queriam escutar. Disse que o modelo tributário atual é injusto. Calculou que a reforma pode gerar um crescimento de 10% do Produto Interno Bruto (**PIB**) nos próximos 15 anos.

Em São Paulo, quando eu era governador: Traga os 20 maiores devedores do estado. Tudo empresa bilionária, as maiores do Brasil. A melhor profissão no Brasil é advogado tributarista. Nosso primeiro objetivo é a simplificação, explicou.

Consumo

Alckmin lembrou que, por ser alta a carga incidente sobre o consumo, a população mais pobre fica de fora da cadeia econômica. Como vou comprar um carro se ganho R\$ 1.320, um salário mínimo, e se o carro baratinho, popular, custa R\$ 70 mil? Então, o Brasil tem capacidade de produzir 5 milhões de veículos,

chegou a produzir quase 4 milhões, e hoje produz 2 milhões. O povo não tem dinheiro, lamentou.

O vice-presidente fez, ainda, um aceno aos prefeitos, ao afirmar que eram um dos setores de preocupação, mas, hoje, há um entendimento que a questão federativa se resolve e o importante é a economia crescer mais forte.

Já a ministra do Planejamento, Simone Tebet, reforçou que a reforma é a única bala de prata que o governo possui para recuperar o crescimento. O Brasil não vai crescer e não vai gerar emprego se não aprovarmos **reforma tributária**. A **reforma tributária** é a salvação da lavoura, a única bala de prata que temos. Fiquem tranquilos que nenhum município vai perder na tributária, afirmou.

Apesar das mensagens otimistas, os prefeitos se mantêm desconfiados sobre a perda de arrecadação com a nova reforma. Para eles, a incorporação do Imposto sobre Serviços (ISS), que é municipal, a **impostos** estaduais e federais, é algo que deve ser esmiuçado, o que não foi feito até agora.

O relator da matéria na Câmara, deputado Agnaldo Ribeiro (PP-PB), também fez um discurso voltado para os prefeitos quando disse que são um pouco de delegado, médico, psicólogo, um pouco de tudo. Precisamos ter um país mais forte do ponto de vista do seu crescimento econômico. Estamos falando de promoção de riqueza, de geração de emprego e renda. (Com agências Estado e Brasil)

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/politica/2023/03/508>

3622-governo-tenta-convencer-prefeitos-por-apoio-a-reforma-tributaria.html

Tebet afirma que tributária é "salvação da lavoura"

**I EDUARDO RODRIGUES e ANTONIO
TEMÓTEO/BRASÍLIA**

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, afirmou ontem que a **reforma tributária** é a "única bala de prata" que o governo possui para recuperar o crescimento econômico do País. Em outro momento, falou que será a "salvação da lavoura". As declarações foram feitas durante a 24.^a Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, organizada pela Confederação Nacional de Municípios (CNM).

"O Brasil não vai crescer e não vai gerar emprego se não aprovarmos a **reforma tributária**. A **reforma tributária** é a salvação da lavoura, a única bala de prata que temos.

Fiquem tranquilos que nenhum município vai perder na tributária", disse.

Segundo Tebet, a reforma aliviará a carga da indústria, setor que gera os empregos com maior qualidade e renda.

Ela ainda destacou que a proposta terá um fundo para compensar as perdas dos entes da federação e um para o desenvolvimento regional.

A ministra destacou que a criação dos dois fundos foi um pedido dela para o relator da matéria, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que acatou o pleito. Também presente no evento, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que as estimativas de impacto da aprovação da proposta na economia são de pelo menos 10% do **PIB**.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Isenção de Bolsonaro a pastores evangélicos entra na mira de Receita e TCU

Fabio Serapião e Ranier Bragon Brasília

A isenção tributária a pastores evangélicos publicada pela **Receita Federal** às vésperas da campanha eleitoral de 2022, durante o governo Jair Bolsonaro (PL), está passando por reavaliação interna do Fisco sob suspeita de ter ocorrido de forma atípica.

O ADI (Ato Declaratório Interpretativo) nº 1, de 29 de julho de 2022, ampliou o alcance da isenção previdenciária a pastores -forte núcleo de apoio a Bolsonaro, então candidato à reeleição- e também é investigada pelo TCU (Tribunal de Contas da União).

Após a posse de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), esse ato declaratório foi considerado atípico por integrantes do Fisco. Ao fim na nova análise no órgão, a normativa poderá ser total ou parcialmente revista.

Um dos pontos detectados, segundo envolvidos na análise, é que a edição do ato não passou pela avaliação técnica da subsecretaria de tributação da Receita.

O ADI foi assinado por Julio Cesar Vieira Gomes, então chefe do Fisco. Hoje ele também está na mira da investigação sobre a tentativa de Bolsonaro em reaver joias presenteadas pela Arábia Saudita e apreendidas no aeroporto de Guarulhos (SP).

Julio Cesar nega ter havido atipicidade no ato e diz que todas as normas da sua gestão foram regulares e seguiram a tramitação devida.

A Receita enviou as informações sobre o caso ao TCU em fevereiro. O tribunal abriu já em 2022 procedimento para investigar possíveis irregularidades na edição do ADI e solicitou informações ao Fisco.

No último dia 17 de março, a Secretaria de Controle Ex-temo de Contas Públicas do TCU pediu informações complementares à Receita e que esclareça se o ato não exorbitou o poder do órgão de regulamentação, tendo em vista que a "isenção tributária deve ser interpretada de forma literal, nos termos do Código Tributário Nacional".

Bolsonaro citou o ADI do Fisco em seu primeiro ato da campanha de reeleição, em 16 de agosto, em um encontro com lideranças religiosas em Juiz de Fora

(MG).

Na ocasião, ele abriu seu discurso respondendo a um pedido de solução para as cobranças da Receita. "A reivindicação já foi aceita, [o ato] está publicado no Diário Oficial da União", disse, acrescentando que a medida só não estava sendo cumprida ainda por "perseguição" aos pastores.

Por trás do ato está a chamada prebenda, remuneração recebida pelos pastores e líderes religiosos por serviços prestados às igrejas.

A lei isenta a prebenda do recolhimento de contribuição previdenciária se tiver relação com a atividade religiosa e não dependa da natureza ou quantidade de trabalho.

A Receita, porém, detectou nos últimos anos que algumas igrejas usavam a prebenda para driblar a fiscalização e distribuir uma espécie de participação nos lucros aos pastores que reuniam os maiores grupos de fiéis (beneficiando lideranças de templos em grandes cidades ou bairros, por exemplo) ou as maiores arrecadações de dízimo.

O Fisco aplicou multas milionárias e exigiu o pagamento da alíquota previdenciária de 20% sobre os valores pagos a pastores, dirigentes e lideranças religiosas. O entendimento dos auditores era que a isenção não se aplicava a mecanismos de remuneração variável.

A partir daí, a busca pelo perdão tributário e pela flexibilização das regras virou pauta prioritária da bancada evangélica no Congresso.

Em 2015, no governo Dilma Rousseff (PT), uma primeira lei estipulou que valores diferenciados, pagos em dinheiro ou como ajuda de custo de moradia, transporte e formação educacional também seriam isentos de tributação.

O Fisco reagiu exigindo recibos desses gastos e multou quem não conseguiu comprovar a natureza das despesas. Adotou também o entendimento de que a nova lei não retroagia, ou seja, as multas expedidas antes de sua publicação continuavam valendo.

Em 2020, Bolsonaro sancionou uma lei que previa

expressamente a retroatividade da isenção previdenciária mais ampla sobre a prebenda. A intenção era anistiar as multas que ainda pairavam sobre pastores aliados.

Mas a controvérsia no âmbito da fiscalização continuou, já que, segundo integrantes do governo, os auditores não viram nenhuma mudança no alcance das isenções.

Em setembro de 2021, por exemplo, uma solução de consulta publicada pela Coordenação-Geral de Tributação afirmou que, caso o pagamento pela instituição se dê com características inerentes a remuneração por serviços prestados pelo ministro de confissão religiosa, o valor recebido deveria ser considerado na base de cálculo da contribuição previdenciária.

O mesmo entendimento valeria para valores pagos "de forma excedente ao necessário para fins de subsistência da pessoa".

A manutenção das multas chegou a ser classificada por Bolsonaro como perseguição aos evangélicos. Nesse contexto surgiu o ADI assinado pelo então secretário da Receita.

O ato diz que o pagamento de valores diferenciados, no montante ou na forma, "não caracteriza esses valores como remuneração sujeita à contribuição". O texto cita como fatores de diferenciação "antiguidade na instituição, grau de instrução, irredutibilidade dos valores, número de dependentes, posição hierárquica e local do domicílio".

A norma também diz que só será considerada remuneração tributável a parcela paga em condições "comprovadamente" relacionadas à natureza e à quantidade do trabalho executado. Por ser assinado pelo secretário especial, o documento se sobrepõe a qualquer solução de consulta divergente sobre o tema.

Na época, o Sindifisco Nacional (Sindicato dos Auditores Fiscais da **Receita Federal**) disse que a medida extrapolava a competência da Receita para atos normativos.

"Ao reduzir as condicionantes para o que se considera remuneração para fins de incidência previdenciária, a **Receita Federal** faz com que mais remunerações se considerem isentas. Uma ação que prejudica tanto a arrecadação presente quanto créditos tributários já constituídos e produz efeitos danosos nas contas da **seguridade social**", afirmou.

No ano passado, a lista pública de devedores inscritos na Dívida Ativa da União apontava as entidades

religiosas com débito de R\$ 1 bilhão, dos quais R\$ 951 milhões relacionados à Previdência.

OUTRO LADO

Secretário diz que atos seguiram as regras vigentes

Julio Cesar Vieira Gomes, secretário da Receita de dezembro de 2021 a dezembro de 2022, afirmou em nota que todos os atos normativos adotados em sua gestão seguiram as regras, com tramitação regular nos órgãos internos.

"O procedimento [...] sempre observou as regras vigentes, com tramitação regular pelos órgãos técnicos competentes", afirmou.

No ano passado, em nota, a Receita afirmou que o ADI só consolidava "num único documento o entendimento já vigente sobre essa matéria, que já estava veiculado em lei e diversos diplomas jurídicos, como Soluções de Consultas e Pareceres", e que a diversidade de documentos gerava divergências internas.

A nota disse que a consolidação "permitiu otimizar a publicidade, tanto para os auditores fiscais quanto para os contribuintes, trazendo ganhos de segurança jurídica, redução de litígios e de conformidade." A Folha não conseguiu contato com Jair Bolsonaro. O Ministério da Fazenda não se manifestou.

"Ao reduzir as condicionantes para o que se considera remuneração para fins de incidência previdenciária, a **Receita Federal** faz com que mais remunerações se considerem isentas. Uma ação que prejudica tanto a arrecadação presente quanto créditos tributários já constituídos e produz efeitos danosos nas contas da **seguridade social**" Sindifisco Nacional questionando o ato de julho de 2022 que ampliou a isenção tributária para pastores

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50230>

Haddad pede "um pouquinho de desprendimento"

**Matheus Schuch, João Valadares e Guilherme Pimenta
De Brasília**

Com receio de perderem arrecadação na **reforma tributária**, 3 mil prefeitos e vice-prefeitos assistiram nessa terça-feira (28), em Brasília, a discursos enfáticos a favor das mudanças na estrutura dos **impostos**. Na abertura da "marcha em defesa dos municípios", o vice-presidente Geraldo Alckmin classificou o sistema tributário brasileiro como "caótico" e assegurou que a economia poderá crescer a partir da simplificação das regras. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, garantiu que os municípios não serão prejudicados e apelou que haja "um pouquinho de desprendimento" dos prefeitos.

A resistência à reforma é mais evidente entre prefeitos de capitais e grandes cidades, que temem perder recursos com a unificação do ISS com o ICMS.

"Aqui não é guerra federativa, entre Estados, municípios e União", disse Haddad. "Estamos ouvindo de 27 governadores que essa reforma [tributária] é justa".

O ministro classificou a reforma entre "as três ou cinco medidas mais importantes" para o país e anunciou que nesta quarta-feira terá uma reunião conclusiva sobre o arcabouço fiscal, que será apresentado ao Congresso até o fim da semana.

Haddad participou de um debate ao lado da ministra do Planejamento, Simone Tebet, do relator do grupo de trabalho sobre a reforma na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), e outros congressistas.

Tebet reforçou que os prefeitos não devem **temer** a unificação do ISS com ICMS. Para ela, sem a mudança no sistema o país manterá as amarras que hoje dificultam a evolução do setor produtivo.

"Esta **reforma tributária** é a única bala de prata que temos", afirmou Tebet. "Embora a reforma mantenha a arrecadação igualitária nos primeiros 20 anos, ela alivia a indústria, faz a indústria ser competitiva. Ela vai gerar emprego, aquecer o comércio", disse a ministra.

Além de promover o crescimento, a simplificação deverá reduzir litígios, disse o vice-presidente.

Alckmin brincou que apenas os advogados tributaristas poderiam ser prejudicados no futuro, já que o sistema será mais simples.

"Essa reforma traz eficiência econômica. O nosso modelo é muito injusto. Arrecada de forma injusta sobre o consumo. Tem municípios que a renda per capita é de quase R\$ 9 mil e outros R\$ 30", avaliou. "Não é possível continuar assim. É preciso dialogar.

Queremos que os municípios arrecadem mais", afirmou o vice-presidente.

Alckmin abriu o discurso dizendo que o diálogo com os municípios é total. "Vamos trabalhar juntos com vocês. Fui prefeito na década de 70, olha quanta conquista aconteceu. Foi na Constituinte de 1988, Lula também era deputado constituinte, que aumentamos a participação dos municípios no ICMS", afirmou.

"Aumentou a base e a participação e quem ganhou com isso foi o povo", disse o vice-presidente.

Na sequência, após tecer elogios sobre as ações sociais do governo no início da gestão, Alckmin citou o aumento no valor do repasse da merenda escolar em 39%, a retomada do Minha Casa, Minha Vida e investimento na área da saúde.

Além do vice-presidente, participaram do encontro o presidente da Câmara, Arthur Lira, o vice-presidente do Senado, Veneziano Vital do Rêgo, e vários ministros do governo.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187505?page=1§ion=1>